



Índice

- 01** Câmara dos Deputados: Lideranças indígenas impedidos de entrar no plenário que discute a PEC 215
- 02** Incra publica relatório de identificação e delimitação do Território Quilombola do Fôjo, em Itacaré (BA)
- 03** MPF/PA quer reconhecimento do território de comunidade tradicional
- 04** Instalada a 'comissão especial' da PEC 215/00, com Leitão presidente e Serraglio relator, de novo
- 05** Famasul contrata e quer despejo coletivo de povos Guarani-Kaiowá, Terena e Nandeva
- 06** Nilson Leitão é eleito presidente de comissão da PEC Indígena; previsão de polêmica até o relatório final
- 07** Câmara reinstala comissão para rever regra de demarcação de terra indígena
- 08** Pauta indigenista volta ao debate na Câmara
- 09** Relançada frente parlamentar de apoio aos povos indígenas
- 10** Nova edição do Cidadania Ribeirinha inicia trabalho de campo
- 11** Ministérios defendem marco legal da biodiversidade, com ajustes
- 12** Colônia de Pescadores será reestruturada com investimento do governo



- 13 Documentário sobre a Amazônia estreia no programa 'Fantástico' a partir deste domingo (22)
- 14 Prefeitura atende ribeirinhos atingidos pela cheia com distribuição de barracas e mantimentos
- 15 Madeira se mantém estável com 16,94 m, mas deve voltar a subir em RO
- 16 Suposto cemitério indígena barra obra do elevado do Rio Tavares por tempo indeterminado
- 17 Parceria entre Veracel e comunidades indígenas possibilita desenvolvimento de atividades socioprodutivas no Sul da Bahia
- 18 Moradores do Parque Memorial Quilombo dos Palmares-AL terão casas no centro de União
- 19 Incra publica 1º RTID quilombola do Estado da Bahia em 2015
- 20 Indígenas querem ampliação do acesso à universidade
- 21 Os últimos Avá-Canoeiros
- 22 Nota do Comitê Quilombos da ABA sobre a ADI 3239
- 23 Quilombolas podem ser incluídos no marco legal da biodiversidade
- 24 Rejuind: Indígenas querem ampliação do acesso à universidade
- 25 Educação: Escolas indígenas preservam tradições
- 26 Mulheres andaram 4 horas em busca de atendimento
- 27 DSEI AL/SE inicia curso de inclusão digital para jovens indígenas

Câmara dos Deputados: Lideranças indígenas impedidos de entrar no plenário que discute a PEC 215

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015



Por Jean Wyllys

Neste exato momento, lideranças indígenas ocupam uma das portarias da Câmara dos Deputados, impedidos de entrar no plenário que discute a PEC 215, cuja aprovação é um dos compromissos de campanha de Eduardo Cunha à presidência da Casa, em troca do apoio da bancada ruralista.

Com a Proposta de Emenda Constitucional 215, na prática, a decisão sobre a demarcação de territórios indígenas fica a critério da bancada ruralista, a maior bancada do Congresso Nacional. Bancada que não deseja sequer que os maiores prejudicados acompanhem o trabalho da Comissão.

Por ironia, daqui a pouco a Câmara instalará a Frente Parlamentar em Apoio aos Povos Indígenas, da qual faço parte.

Foto: Reproduzida do perfil do Facebook de Jean Wyllys.

Inkra publica relatório de identificação e delimitação do Território Quilombola do Fôjo, em Itacaré (BA)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015



Inkra/BA

O Território Quilombola do Fôjo situado no município de Itacaré, no Litoral Sul, teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado na última quarta-feira (11), no Diário Oficial da União (DOU). No Fôjo vivem 65 famílias numa área de 1,3 mil hectares.

O RTID do Fôjo é o primeiro de 2015, na Bahia, e o vigésimo terceiro já publicado no estado, desde o início do Programa Brasil Quilombola. A publicação representa o fim de uma etapa complexa que visa à titulação coletiva do território. O RTID reúne estudos antropológicos, históricos, mapas descritivos que reconhecem a ocupação ancestral dessas famílias no território.

Os 25 proprietários dos imóveis rurais e posseiros, inseridos no Território Quilombola serão notificados. Após a notificação, há um prazo de 90 dias para que o relatório técnico possa ser contestado.

CONT.



Início

O marco do Fôjo está centrado na chegada de um escravo, Alfredo Gomes, que fugiu guiando-se pelo Rio de Contas, em 1880, de acordo com o Relatório Antropológico. As famílias contaram que o nome "Fôjo" tem origem nas armadilhas montadas no tempo de Alfredo Gomes.

Na época, eles abriam, nas matas, covas fundas cobertas por folhas secas para caçar animais e que serviam de complementação alimentar para as famílias. Eram conhecidas como fojo.

Ainda segundo o Relatório Antropológico, os netos de Alfredo Gomes contavam que o avô aprendeu a técnica no período da escravidão quando os fojos eram abertos nas florestas pelos capitães-do-mato para "capturar" os escravos fugitivos. Ainda hoje é possível encontrar algumas destas armadilhas, em certos lugares das matas do território desta comunidade.

História

O município de Itacaré guarda contradições lendárias. No presente, ponto turístico internacional com morros cobertos por florestas, paisagens paradisíacas e muitos coqueiros, no passado era uma das cidades referência no comércio negreiro na Bahia, onde o Rio de Contas desemboca no mar.

O comércio negreiro, o Rio de Contas e a formação de quilombos se entrelaçam ao longo dos séculos. É que, segundo o analista em reforma e desenvolvimento agrário o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/BA, Itamar Rangel, muitos navios afundavam ao adentrar no rio para comercializar escravos em Itacaré e os sobreviventes fugiam para as matas formando quilombos.

"Há relatos também de que no comércio quando acontecia qualquer distração, os escravos também corriam se jogavam no rio e nadavam para as matas", complementa Rangel.

Economia

As famílias do Fôjo são formadas por pequenos agricultores voltados para a criação de animais de pequeno e médio porte e para a pesca no Rio de Contas. A agricultura envolve culturas para consumo e venda com os cultivos de cacau, banana, azeite de dendê, feijão, pimenta, abóbora e cupuaçu, além da mandioca com a finalidade da fabricação da farinha. A produção excedente é comercializada em feiras livres em Itacaré e no distrito de Taboquinhas.

Foto: Incra/ Bahia



MPF/PA quer reconhecimento do território de comunidade tradicional

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015

A ação civil pública pede que o caso seja julgado em caráter de urgência e que a União pague indenização por danos morais à comunidade do Sítio São João.

MPF/PA

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) entrou com ação na Justiça pedindo o reconhecimento do território da comunidade do Sítio São João, no município de Barcarena (nordeste paraense), como pertencente à comunidade tradicional. O pedido de ajuda partiu dos próprios moradores do sítio, que constantemente são ameaçados por empresas particulares, órgãos públicos e também por novas instalações da Alunorte.

Após o pedido, o MPF solicitou uma perícia sobre a comunidade para o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e obteve como resultado o trabalho intitulado 'Quilombolas-Indígenas do Sítio São João: formas de existência e resistência no rio Murucupi, Barcarena-PA'.

O Naea concluiu que, de fato, "se trata de uma comunidade com tradição e consciência de identidade quilombola e indígena". O usufruto da terra era fundamentado nos costumes e tradições familiares de várias gerações, que tinham sua própria organização social, cultural e econômica. As necessidades materiais e a reprodução social das unidades familiares do Sítio São João eram satisfeitos mediante a dinâmica de suas formas de existência e modos de vida diferenciados, por meio dos rios e igarapés, dos quais, juntamente com a terra e as matas, retiravam-se o sustento da família e se ofertavam mercadorias em mercados nas cidades.

Impactos

Com a instalação da empresa pública Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar) e deslocamento da comunidade de suas terras, houve diversos impactos de ordem social e ecológica no ambiente que era habitado pelos Quilombolas-Indígenas do Sítio São João. O rio Murucupi, que era a via de entrada e saída para vários sítios, e às suas margens era dinamizada a economia do lugar, depara-se com outra realidade. Agressões em seu leito e o processo de assoreamento prejudicam todo o curso natural pelo qual era conduzida a vida dos moradores. Com isso, a comunidade ficou desamparada, sem estudo, moradia e condições de garantir o próprio sustento.

O território Sítio São João foi desapropriado sem indenização digna às famílias que lá residiam. Em 2008, após anos procurando outros meios de sobreviver, algumas famílias voltaram ao

CONT.



Sítio e se depararam com suas terras invadidas por pequenas empresas e novos moradores. Em uma área bem menor e que ainda vive ameaçada por novas instalações da Alunorte, alguns familiares reconstruíram suas casas, tentaram abrir roças e fazer plantações de frutas, mas muitos deles tiveram que buscar outros meios de vida por conta da poluição do solo no território.

Situação hoje

Apesar do retorno das famílias ao Sítio São João, o confronto com autoridades tem sido constante e os familiares continuam sendo ameaçados. Além disso, eles ainda são chamados de invasores por empresas como Alunorte-Albrás e até mesmo pelo Governo Federal.

Segundo a ação do MPF, "o reconhecimento do território como pertencente à comunidade tradicional não é apenas uma questão de sobrevivência material, mas também uma maneira de manter as suas tradições e seu modo de vida ligado à terra, aos recursos naturais e ao significado simbólico-histórico que liga gerações das famílias do Sítio São João àquele espaço territorial".

No documento, o MPF solicita que o caso seja julgado em caráter de urgência e que a União pague indenização por danos morais à comunidade do Sítio São João.

[Íntegra da Ação](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 49/2015

Brasília, 18 de março de 2015.

Instalada a 'comissão especial' da PEC 215/00, com Leitão presidente e Serraglio relator, de novo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2015



Emanuelle Brasil, Agência Câmara

A comissão especial da Câmara dos Deputados sobre a Proposta de Emenda à Constituição das Terras Indígenas (PEC215/00) elegeu presidente o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT)

Leitão foi o único a concorrer ao cargo e recebeu 19 votos. Para a relatoria foi designado o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR). A sub-relatoria será ocupada por Valdir Colato (PMDB-SC).

O deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) será o primeiro vice-presidente; Bilac Pinto (PR-MG) o segundo vice-presidente; Luis Nishimori (PR-PR) o terceiro vice-presidente.

A chamada de PEC das Terras Indígenas transfere do Executivo para o Congresso a decisão final sobre a criação e a modificação de terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental. Atualmente, essa função é atribuída à Fundação Nacional do Índio (Funai).

CONT.



Argumentos

Leitão disse que o trabalho do colegiado será pautado pelo equilíbrio. "O debate criado pelo próprio governo é de que essa PEC vai atrapalhar a vida do índio, mas isso não é verdade, nós vamos abrir para o debate democrático" Segundo o novo presidente, o tema deve ser discutido em todas as suas vertentes, sem enfatizar o "discurso xiita" de que a PEC prejudica os índios.

Na opinião do relator, existem "inúmeros argumentos" de que o Congresso pode assumir a competência de demarcar terras indígenas, como o fato de ter sido o próprio Legislativo responsável pela criação da Funai. "Quem disse o que a Funai pode fazer foi o Congresso Nacional, se disse o que pode fazer, pode dizer o que não pode", concluiu.

Serraglio defendeu o que chamou de "paridade de armas" para solucionar o conflito acerca da responsabilidade pela demarcação, ponto central da PEC. Para ele ambos, o Executivo e o Congresso, devem ter a oportunidade de se pronunciar sobre o assunto: "os dois (Congresso e Funai) têm de ter canhão, os dois têm de ter fuzil".

Índios na Câmara

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), estima que cerca de 50 indígenas compareceram à Câmara dos Deputados nesta terça-feira à tarde, quando acontece o relançamento da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

A reunião segue no Plenário 13 da Câmara dos Deputados.

Íntegra da proposta: [PEC-215/2000](#)

Edição – Regina Céli Assumpção.

Foto: Índios estendem faixa de protesto na Câmara dos Deputados (Foto: Fernanda Calgaro/G1).



Famasul contrata e quer despejo coletivo de povos Guarani-Kaiowá, Terena e Nandeva

SÍTIO CEDEFES, 17.03.2015

Famasul contrata e quer despejo coletivo de povos Guarani-Kaiowá, Terena e Nandeva (MS)

A suspensão do despejo da Terra Indígena Kurusu Ambá, cuja liminar de reintegração de posse contra o povo Guarani-Kaiowá foi derrubada pelo próprio presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski – suspendeu provisoriamente, em caráter de urgência – ao que tudo indica enfureceu os fazendeiros do MS e sua entidade representativa (Famasul). Segundo informações enviadas a este Blog, o agronegócio deve descarregar sua fúria nas próximas horas sob forma de “disparos” de liminares com pedidos de despejos coletivo.

De acordo com a fonte que será mantida sob sigilo, estão previstas, num primeiro momento, ações contra as comunidades Arroyo Korá, Gwyrá Kora, Limão Verde, Sombreiro e Kurusu Ambá, envolvendo em bloco três das nove etnias daquele estado: Guarani-Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena. O tratorado marcha em cima de centenas de famílias que vivem na Faixa de Gaza Indígena sob a mão (in)visível da mídia que parece desconhecer que o agronegócio mata pela fome, tiros de armas de fogo, atropelamentos propositais, voos rasantes de aviões jogando agrotóxicos nas aldeias, espancamentos e tortura sob um tecido esgarçado e manchado com o sangue indígena. E o que é pior: acobertando a impunidade dos poderosos donos das fazendas que incidem sobre as terras indígenas.

Mas a Resistência dignamente também marcha sustentada pela necessidade do maior de todos os direitos: o da vida que só lhes é possível em seus lugares sagrados (tekohas). Líderes dos Conselhos da Aty Guasu e do Povo Terena são incansáveis e lutam pacificamente – mesmo em condições desproporcionais – bravamente contra o novo genocídio: judiciário.

Eles contam com apoiadores de entidades como o Cimi, ISA, MPF, dentre outras, e da mídia alternativa. além de ativistas dos quatro cantos do mundo que ecoam o eco da sobrevivência.

Dessa forma, e incansáveis, estão conseguindo frear as perversas e sistemáticas ações de despejo. Isso sem falar que, cada vez mais, aumenta o número de simpatizantes da causa que atendem aos apelos feitos pela internet e quase que diariamente enviam e-mails para as autoridades do Brasil, solicitando a suspensão das medidas judiciais. Na rota inversa, o governo federal ainda insiste em não demarcar os tekohas.

Fonte: Por Tereza Amaral, em Amazônia Legal em Foco

Nilson Leitão é eleito presidente de comissão da PEC Indígena; previsão de polêmica até o relatório final

SÍTIO OLHAR DIRETO, 17.03.2015



Rogério florentino/Olhar Direto

Da Redação - Ronaldo Pacheco

Num cenário em que a expectativa de confronto é iminente, o deputado mato-grossense Nilson Leitão (PSDB) foi eleito, nesta terça-feira (17), presidente da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição das Terras Indígenas (PEC215/00) na Câmara dos Deputados.

“O debate criado pelo próprio governo é de que essa PEC vai atrapalhar a vida do índio, mas isso não é verdade, nós vamos abrir para o debate democrático”, argumentou o novo presidente da comissão especial.

Nilson Leitão foi o único a concorrer ao cargo e recebeu 19 votos. Para a relatoria foi designado o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR). A sub-relatoria será ocupada por Valdir Colato (PMDB-SC).

CONT.



O deputado Nelson Markezelli (PTB-SP) será o primeiro vice-presidente; Bilac Pinto (PR-MG), o segundo vice-presidente; e Luiz Nishimori (PR-PR), o terceiro vice-presidente.

A chamada de PEC das Terras Indígenas transfere do Executivo para o Congresso a decisão final sobre a criação e a modificação de terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental. Atualmente, essa função é atribuída à Fundação Nacional do Índio (Funai).

Nilson Leitão disse que o trabalho do colegiado será pautado pelo equilíbrio. Ele entende que o tema deve ser discutido em todas as suas vertentes, sem enfatizar o "discurso xiita" de que a PEC prejudica os índios.

Na opinião do relator, existem "inúmeros argumentos" de que o Congresso pode assumir a competência de demarcar terras indígenas, como o fato de ter sido o próprio Legislativo responsável pela criação da Funai. "Quem disse o que a Funai pode fazer foi o Congresso Nacional, se disse o que pode fazer, pode dizer o que não pode", concluiu.

Serraglio defendeu o que chamou de "paridade de armas" para solucionar o conflito acerca da responsabilidade pela demarcação, ponto central da PEC. Para ele ambos, o Executivo e o Congresso, devem ter a oportunidade de se pronunciar sobre o assunto: "os dois (Congresso e Funai) têm de ter canhão, os dois têm de ter fuzil".

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) estima que cerca de 50 indígenas vão comparecer à Câmara dos Deputados nesta terça-feira à tarde, quando está previsto o relançamento da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

Índios X produção

O agronegócio encontra nessas áreas uma barreira à sua expansão. Na Amazônia de Mato Grosso, por exemplo, o "arco do desmatamento", onde a monocultura segue pressionando as bordas da floresta, é contido justamente por um cinturão de UCs e TIs. Por outro lado, os locais onde as áreas de floresta ainda estão desprotegidas são mais vulneráveis à ação de desmatadores, como madeireiros ilegais. Uma vez que a floresta é derrubada, ela perde seu valor comercial e passa a ser atraente ao agronegócio.

A indústria de mineração também está em uma corrida por novas fronteiras de exploração de jazidas, muitas localizadas em plena floresta amazônica. Dificultar a criação de Terras Indígenas, em tese, significaria facilitar o acesso de grandes mineradoras a áreas ainda intocadas de floresta com alto valor comercial.



Câmara reinstala comissão para rever regra de demarcação de terra indígena
SÍTIO DIÁRIO DO SUDOESTE, 17.03.2015

Diário do Sudoeste
FolhaPress

MARIANA HAUBERT

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - Defendida pela bancada ruralista, a comissão especial que analisa a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que transfere para o Congresso a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas foi reinstalada nesta terça-feira (17).

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) continuará como relator da proposta, que tramita desde 2000. No início da reunião, o deputado Sarney Filho (PV-MA), que presidiu a sessão, conseguiu fazer um acordo para que a votação do parecer de Serraglio --apresentado no ano passado, mas que não foi votado por pressão de índios e manobras regimentais de deputados contrários à proposta-- seja suspensa por dois meses para que negociações possam ser retomadas.

Cerca de 80 índios das etnias Pataxó, Tupinambá, Kaindé e Kiriri, todos da região da Bahia, tentaram acompanhar a comissão, mas só oito foram autorizados. Eles levaram uma faixa com os dizeres "Ruralistas Lava Jato", mas foram proibidos de estendê-la.

"Os deputados estão engatilhando uma arma para atirar na gente. Querem promover uma guerra civil. Imagina um órfão jogado na rua. É assim que estamos nos sentindo", afirmou Kâhu Pataxó. "Se precisarmos pegar nossas armas para lutar, vamos pegar. A quantidade de índios morrendo é enorme", completou.

De acordo com Kâhu, as lideranças indígenas irão se reunir para decidir que estratégia adotarão daqui para a frente. "Queremos dialogar e tentar mostrar para os deputados o que eles estão querendo fazer com o país. Mas queremos que eles dialoguem com a gente também."

O texto de Serraglio prevê que a demarcação das terras seja feita por lei aprovada no Congresso, oriunda de projeto de iniciativa da Presidência da República, e não por decreto do Poder Executivo. Pela proposta, caberá ao Executivo executar levantamentos e estudos antropológicos, identificação da etnia e propor a delimitação da área indígena.

O Congresso faria a deliberação, e em caso de aprovação, caberia ao Executivo a demarcação da área. A PEC original, alterada por Serraglio, colocava a demarcação de terras indígenas entre as atribuições exclusivas do Congresso.

CONT.



Também nesta terça, será instalada a Frente Parlamentar em Defesa dos Índios que atuará contra a proposta, chamada PEC 215.

FUNAI

Atualmente, o processo de demarcação é realizado pela Funai (Fundação Nacional do Índio), antes da palavra final do Planalto. O governo é contra repassar para o Legislativo a definição dessas áreas.

A proposta é uma ofensiva dos ruralistas contra a fundação, que é acusada de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores.

A Constituição estabelece que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O substitutivo deixa claro que serão consideradas terras dos índios apenas as que atendiam a esses requisitos simultaneamente em 5 de outubro de 1988. O parecer do peemedebista também obriga o governo a indenizar produtores rurais que tenham a terra desapropriada.

Pauta indigenista volta ao debate na Câmara
SÍTIO PORTAL VERMELHO, 17.03.2015



No último dia 25 de fevereiro, mais de 30 lideranças indígenas estiveram na Câmara para protestar contra a retomada da tramitação da PEC.

A pauta indigenista volta ao debate na Câmara nesta terça-feira (17) com duas iniciativas – uma contrária aos interesses dos povos indígenas e outra em defesa dos direitos conquistados e para barrar retrocessos. No mesmo momento em que será instalada a comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, será criada a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

O novo grupo, que já tem a adesão de 230 deputados, deve ser coordenado pelo deputado Ságuas Moraes (PT-MT). Na última legislatura, essa frente – criada também por iniciativa de Moraes – reuniu 212 parlamentares.

A comissão especial sobre a PEC que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil será instalada com a eleição do presidente e dos vice-presidentes.

CONT.



A PEC é motivo de embate entre índios e ruralistas. Os índios são contra a proposta. No último dia 25 de fevereiro, mais de 30 lideranças indígenas estiveram na Câmara, em evento promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista, para protestar contra a retomada da tramitação da PEC.

Contra retrocesso

A bancada do PCdoB é contrária a PEC. Para a líder do PCdoB na Câmara, deputada Jandira Feghali (RJ), o jogo político não pode prevalecer sobre os direitos dos povos indígenas. "Demarcar terras indígenas não põe em risco o equilíbrio fiscal nem as contas públicas. Não paralisa nem atinge o agronegócio, nem conduzirá o Brasil ao subdesenvolvimento econômico," avalia.

Ao adiantar o voto contrário à proposta, ela explica que "demarcar terras indígenas é uma obrigação de Estado a ser cumprida por um governo sensível e humanitário e não pode ficar a cargo dos interesses do poder econômico".

As lideranças indígenas avaliam que ao transferir o processo demarcatório do Poder Executivo para o Legislativo, a PEC 215 vai permitir a implantação nesses territórios de todos os tipos de empreendimentos econômicos, obras de infraestrutura e assentamentos de não índios. E destacam que a PEC permite ainda rever as demarcações realizadas.

Na prática, caso a PEC aprovado, é como se fossem anuladas todas as garantias aos povos indígenas introduzidas pelos constituintes na Carta Magna.

Para o deputado Ságuas Moraes, "a PEC é inconstitucional, não resolve os conflitos de terra e ainda abre precedente para retirada de direitos dos povos indígenas", afirmou.

Ele também defendeu o entendimento e o diálogo para encontrar soluções que contemplem os pequenos agricultores que atualmente possuem propriedades em territórios indígenas, "mas sem retroceder em direitos e sem retirar prerrogativas que são exclusivas do Poder Executivo".

Do Portal Vermelho
De Brasília, com agências

Relançada frente parlamentar de apoio aos povos indígenas

SÍTIO CBN FOZ, 17.03.2015



A Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas foi relançada nesta terça-feira (17). O grupo coordenado pelo deputado Ságuas Moraes (PT-MT) recebeu o apoio de 211 parlamentares.

Representantes de mais de 20 etnias acompanharam o relançamento da Frente de Apoio aos Povos Indígenas.

Para Ságuas Moraes, uma das prioridades da Frente é incentivar a sociedade a participar da luta contra a aprovação da PEC das Terras Indígenas (PEC 215/00). "A proposta fere o direito à terra e à vida dos povos indígenas e significa um retrocesso frente aos territórios já conquistados". Segundo ele, "a partir do momento em que se abre mão desse direito, muitos outros serão perdidos no caminho", disse.

No final de 2014, não houve consenso nas reuniões da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC, impossibilitando a votação do relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC). A proposta ainda tem de ser analisada em dois turnos pelo Plenário. A comissão especial foi reinstalada nesta terça-feira.

CONT.



Juventude indígena

O coordenador afirmou que o grupo vai defender políticas voltadas para a educação da juventude indígena (ensino fundamental, médio e qualificação técnica), além de medidas de acesso à moradia, água e atendimento médico.

Vários deputados elogiaram a atuação da Frente Ambientalista ao envolver a sociedade civil no debate sobre o PEC 215/00, considerada "crime constitucional" e retrocesso das políticas indigenistas já realizadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), nas áreas de demarcação de território e de assistência aos povos indígenas isolados.

O líder do Psol, Chico Alencar (RJ), afirmou que a PEC retira direitos dos povos indígenas, "confinando o índio a territórios cada vez mais estreitos".

Na opinião de Érika Kokay (PT-RJ), o direito a terra não se resume à questão de propriedade: "Trata-se da existência plena dos indígenas como seres humanos." A deputada considerou importante a retomada das discussões sobre o Estatuto dos Povos Indígenas (PL 2057/91).

Indígenas na reunião

Representantes de mais de 20 etnias indígenas, dentre elas a pataxó, a macuxí e a kaingang acompanharam o relançamento da Frente de Apoio aos Povos Indígenas.
Íntegra da proposta: PEC-215/2000 PL-2057/1991

Fonte: Agência de notícias da Câmara Federal

Nova edição do Cidadania Ribeirinha inicia trabalho de campo

SÍTIO FAROL COMUNITÁRIO, 17.03.2015

Equipe do projeto visita municípios contemplados no Norte de Minas a partir de segunda-feira (23). O trabalho de campo da segunda edição do projeto Cidadania Ribeirinha começa na próxima semana.



O Cidadania Ribeirinha é um projeto da ALMG que contempla comunidades que vivem às margens do Rio São Francisco ou de seus afluentes, como o município de Itacarambi

De 23 a 28 de março, a equipe do projeto vai a Januária e São Francisco, os dois municípios contemplados nesta edição, com os objetivos de reatar contatos com os parceiros institucionais, visitar comunidades rurais e promover reuniões com líderes comunitários. Estão previstas também reuniões com instituições públicas parceiras em Montes Claros.

O Cidadania Ribeirinha integra o Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e contempla comunidades que vivem às margens do Rio São Francisco ou de seus afluentes. O trabalho é focado em municípios pertencentes à Bacia do São Francisco que apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Nesta segunda edição, o projeto vai trabalhar com seis comunidades rurais centrais, algumas delas quilombolas, além de outras comunidades secundárias, todas de Januária e São Francisco. "Queremos voltar da viagem com a definição exata das comunidades centrais e dos povoados adjacentes a elas que integrarão o projeto", explica o gestor do Cidadania Ribeirinha, Márcio Santos. De acordo com ele, o encontro com os líderes comunitários será também importante para restabelecer os contatos e reapresentar o projeto. "Essas comunidades e esses parceiros foram contatados em julho de 2013, quando elaboramos a atual proposta, feita a partir de um longo diagnóstico da região no período", esclarece.

CONT.



A segunda edição do Cidadania Ribeirinha será realizada no período de dois anos, e conta com recursos da ordem de R\$ 744 mil do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). O financiamento é feito pelo Banco do Brasil. O projeto foi um dos 19 selecionados entre 240 inscritos em todo o País, num edital de financiamento aberto pelo FNMA em 2013. Além da verba do Ministério do Meio Ambiente, foi alocada uma contrapartida de R\$ 185 mil da ALMG.

Curso é precedido de mobilização das comunidades

Segundo Márcio Santos, após a viagem, a equipe do projeto pretende fazer a mobilização efetiva das comunidades, a partir de assembleias populares e reuniões comunitárias. "A partir daí, daremos início ao carro-chefe do projeto, que é o Curso de Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental", informa. Essa atividade será destinada a 12 turmas, de 25 alunos cada uma, consolidando o envolvimento de 300 agricultores familiares das comunidades contempladas.

A meta pactuada com o FNMA é de certificar, ao final do curso, no mínimo 180 alunos entre esse público. "Serão atividades teóricas e de campo. A previsão é de que se inicie em agosto e termine em dezembro, o que será confirmado assim que o Orçamento do Estado for votado, pois dependemos dele para lançar mão dos recursos do financiamento", afirma o gestor.

Márcio Santos explica que o curso terá um diferencial em relação ao que foi realizado na primeira edição do Cidadania Ribeirinha. "Da primeira vez, foi uma atividade muito longa, e as pessoas acabaram perdendo um pouco a noção de continuidade. Dessa vez, vamos concentrar o curso em quatro meses", adianta. Segundo ele, outra vantagem é o período do curso coincidir com o funcionamento das escolas estaduais e com a época sem chuvas, o que facilita o acesso da equipe às comunidades e o deslocamento dos alunos dos lugares adjacentes.

Outro avanço apontado por Márcio Santos com relação ao curso de formação é a redução do número de participantes. "Decidimos investir mais em qualidade do que em quantidade. Na primeira edição, envolvemos quase mil pessoas e vimos que a evasão foi grande. Agora, com 300 pessoas, poderemos conhecer de forma mais individualizada os alunos, potencializando a capacitação", explica.

Após a conclusão da capacitação, a meta é, em 2016, fomentar a promoção, em cada uma das 12 turmas do curso, de uma campanha voltada para a sustentabilidade no meio rural e também a realização, pelos alunos do curso, de 12 projetos comunitários de educação ambiental nas comunidades rurais contempladas. "Entre esses projetos, podem, por exemplo, serem propostas ações relacionadas à construção de hortas comunitárias, a atividades econômicas sustentáveis como a apicultura ou a formas alternativas de aproveitamento de energia. A definição do que será feito partirá das próprias comunidades envolvidas. Após essa definição, os projetos serão sistematizados e enviados para chancela do FNMA, que liberará os recursos para a sua execução", explica.

CONT.



Márcio Santos diz que, ao final de todo o processo, o resultado mais importante será a capacitação de agentes que possam executar e difundir práticas sustentáveis na atividade rural. Ele calcula que, ao término do projeto, serão indiretamente beneficiadas 25.565 pessoas, que estatisticamente constituem a população total das seis comunidades centrais, não computadas as pessoas residentes nas localidades menores aglutinadas. Segundo o gestor, essa população indiretamente beneficiada corresponde a 21% da população total dos municípios de Januária e São Francisco.

O gestor do projeto destaca ainda o que qualifica como duas grandes conquistas do Cidadania Ribeirinha. A primeira é a capacidade de mobilização de um expressivo arco de parcerias institucionais, o que vem sendo feito desde 2011, quando foi idealizado o projeto. "Órgãos como IEF, Iphan, Iepha, Emater, Sebrae e Senar, juntamente com prefeituras, câmaras municipais e associações comunitárias, têm sido decisivos no sucesso da nossa ação", afirma. A segunda conquista é mais recente: graças à nomeação, pela Mesa da Assembleia, de dois servidores para atuarem exclusivamente no projeto, a segunda edição agora conta com uma equipe permanente de três pessoas, que terá o apoio de colaboradores contratados e servidores temporariamente cedidos pelas instituições parceiras.

Revitalizar a Bacia do Rio São Francisco é um dos objetivos do projeto



São objetivos do projeto contribuir para a revitalização da Bacia do Rio São Francisco, reduzir a pobreza e a desigualdade nas comunidades e proteger o patrimônio cultural local

CONT.



Os objetivos gerais da ALMG com o Cidadania Ribeirinha são contribuir para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, a redução da pobreza e da desigualdade nas comunidades ribeirinhas e a proteção do patrimônio cultural são-franciscano. Para isso, foi organizada uma série de cursos profissionalizantes que buscam aliar a geração de renda com a preservação do meio ambiente, sempre em consonância com a realidade e as demandas de cada comunidade contemplada.

Na primeira edição do projeto, iniciada em 2011, os municípios beneficiados foram Itacarambi, Manga, Matias Cardoso e Pedras de Maria da Cruz. O Cidadania Ribeirinha chegou ao final de 2014 com quatro módulos do curso de desenvolvimento sustentável concluídos. Foram organizados ainda quatro seminários temáticos e dezenas de ações comunitárias, sempre com o envolvimento de parceiros institucionais e a mobilização de lideranças, de forma a garantir o efeito multiplicador das ações.

Foram mais de mil inscritos no curso de desenvolvimento sustentável oferecido pelo projeto entre 2012 e 2014. Além desse público, foi organizado um programa de capacitação de professores da rede pública em empreendedorismo social, executado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O quarto e último módulo se deu com a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), voltado para a capacitação dos alunos em atividades econômicas sustentáveis, tais como trabalho com fibras naturais, apicultura e beneficiamento de alimentos.

O gestor do Cidadania Ribeirinha, Márcio Santos, lembra que o projeto tem ainda a dimensão de formar lideranças nas próprias comunidades ribeirinhas, que atuam como replicadores do conhecimento sobre novas possibilidades sustentáveis de geração de renda. "Penso que a melhor definição do projeto foi dada por uma aluna da comunidade de Fabião II, filha da líder comunitária local, em Itacarambi. Segundo ela, o nosso objetivo é dar uma injeção de ânimo nas comunidades. Mobilizar corações e mentes pelo desenvolvimento sustentável e pela proteção do São Francisco é a vocação do Cidadania Ribeirinha. Se isso chega aos nossos alunos como elevar o ânimo, isto é, energia transformadora e autoestima, só temos a comemorar", conclui.

via Imprensa ALMG



Ministérios defendem marco legal da biodiversidade, com ajustes

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 17.03.2015

Agência Senado

Representantes de sete ministérios defenderam na manhã desta terça-feira (17) a aprovação do novo marco legal da biodiversidade. As pastas que tratam de populações tradicionais e de agricultura familiar, no entanto, pedem aperfeiçoamentos em pontos específicos do texto.

O governo federal quer urgência na reformulação da lei atual, considerada um entrave à bioprospecção e à repartição de benefícios em favor dos detentores do conhecimento tradicional. O projeto do novo marco legal (PLC 2/2015) foi debatido em audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), presidida por Otto Alencar (PSD-BA).

Francisco Gaetani, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), explicou que a norma em vigor (MP 2186/2001) foi elaborada em reação a casos de biopirataria com grande repercussão no país à época. Em razão disso, tem normas rígidas para combater o acesso ilegal aos recursos, mas que resultaram na criminalização da bioprospecção, inviabilizando a repartição de benefícios com comunidades tradicionais.

Segundo Gaetani, o texto em exame – um substitutivo da Câmara a projeto apresentado pelo Executivo – não é o “projeto dos sonhos de ninguém”, mas sim fruto de entendimentos com setores interessados no tema, que poderá beneficiar o conjunto da sociedade.

— Nós precisamos transformar o patrimônio natural em riqueza nacional, em empregos, em benefícios para aqueles que detêm esse conhecimento, de modo a podermos explorar essa riqueza de forma sustentável — frisou.

Na opinião de Elcio Botelho, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o excesso de rigor da lei atual se revela na demora para se obter autorização para pesquisa com recurso genético – 550 dias, em média.

No mesmo sentido, o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Rafael Marques, contou que, em 15 anos de legislação, foram celebrados somente 110 contratos de repartição de benefícios, apenas um com comunidade indígena.

— Essa MP existente hoje, além de prejudicar a academia, prejudicar a indústria, ela também prejudica as comunidades tradicionais e os povos indígenas — afirmou.

CONT.



Simplificação

O novo marco legal prevê a simplificação do processo com a implantação de cadastro eletrônico a ser preenchimento pelo pesquisador, com exigência de consentimento prévio apenas para pedido de investigação sobre uma prática de uma comunidade tradicional.

O representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Paulo Sérgio Beirão, que é diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disse que o conselho pode facilmente dar o suporte para realizar o cadastro das atividades de acesso à biodiversidade.

Para Francisco Gaetani, esse cadastro possibilitará a rastreabilidade necessária para que se tenha um ambiente de confiança e se garanta a repartição de benefícios aos detentores do conhecimento tradicional.

Povos indígenas e quilombolas

Entidades que representam grupos tradicionais, como os indígenas, no entanto, reclamam da forma como estão sendo tratados no projeto de lei. Conforme apontaram os senadores Telmário Mota (PDT-RR), João Capiberibe (PSB-AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o termo "populações indígenas", incluído no projeto quando da tramitação na Câmara, deve voltar a ser "povos indígenas", como no projeto original, por englobar o sentido de identidade cultural e identidade étnica.

— Trocaram povo por população. População é um aglomerado, enquanto povo tem a língua, sua terra, a cultura, tem uma série de coisas — observou Telmário.

Situação semelhante foi apresentada pela ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Nilma Lino Gomes, que defendeu a inclusão da palavra "quilombola" no texto, conforme emenda do senador Paulo Rocha (PT-PA).

— Essa invisibilidade não é por acaso. Muitas vezes ela é ativamente produzida — disse.

Agricultor familiar

No debate, Marco Aurélio Pavarino, assessor do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, defendeu a substituição do conceito de agricultor tradicional, previsto no projeto de lei, pelo conceito de agricultor familiar, adotado no país desde a publicação da Lei 11326/2006 e que, desde então, norteia as políticas públicas para o setor.

Pavarino também manifestou preocupação com a isenção, prevista no projeto, para produtos comercializados hoje que acessaram patrimônio genético antes de junho de 2000, data da

CONT.



edição da primeira medida provisória que regulamentou o acesso à biodiversidade brasileira. Conforme alertou, essa medida poderá prejudicar muitas comunidades tradicionais, que deixarão de receber compensação pelo conhecimento que disponibilizaram à indústria.

Protocolo de Nagoya

O representante do Ministério da Defesa, Paulo César Brandão, lembra que o PLC 2/2015 permitirá ao Brasil ratificar o Protocolo de Nagoya, acordo internacional que regulamenta o acesso aos recursos genéticos e o compartilhamento de benefícios da biodiversidade. O Brasil é signatário do protocolo, que entrou em vigor em 2014, mas ainda precisa ratificá-lo, o que não foi feito por falta de uma legislação nacional pertinente.

No debate, o senador Omar Aziz (PSD-AM) elogiou a mobilização dos ministérios na discussão do assunto, mas cobrou o mesmo empenho do governo federal para alavancar as pesquisas em biotecnologia na Amazônia. Conforme observou, o país pouco sabe sobre inúmeras plantas medicinais vendidas nos mercados de cidades da Região Norte.

— Não há desenvolvimento da Amazônia se não há conhecimento sobre a Amazônia. Até hoje o Brasil não consegue fazer o dever de casa — disse, ao cobrar empenho para as pesquisas do Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Principais críticas à proposta

Controle e fiscalização

Entidades ambientalistas consideram insuficientes os mecanismos de controle e fiscalização do acesso à biodiversidade brasileira. Criticam, por exemplo, a possibilidade de acesso ao patrimônio genético por empresas estrangeiras sem vinculação com instituições nacionais.

Participação

Povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares se dizem excluídos do processo de elaboração da nova lei. Afirmam que o projeto é voltado a interesses dos setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio.

Sementes crioulas

O texto dispensa de consentimento prévio as pesquisas agrícolas que envolvam acesso a patrimônio genético e conhecimento tradicional, isentando ainda repartição de benefícios sobre

CONT.



seu produto final. Esse é o caso de sementes crioulas, mantidas por pequenos agricultores e comunidades tradicionais, que deixarão de receber compensação.

Repartição de benefícios

Povos indígenas e tradicionais também se sentem prejudicados pela restrição de partilha de benefícios apenas a produtos nos quais o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for considerado elemento principal de agregação de valor.

Isenções e perdão de multas

Também tem sido criticada a dispensa de repartição de benefícios gerados pelo acesso ao patrimônio genético realizado antes de junho de 2000; a suspensão de sanções administrativas; e a redução de até 90% das multas por uso não autorizado de patrimônio genético e conhecimento associado.

Teto ou piso

Entidades que representam povos e comunidades tradicionais criticam o fato de o projeto prever teto e não piso, a título de compensação financeira, de até 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto que se utiliza de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.



Colônia de Pescadores será reestruturada com investimento do governo

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 17.03.2015

A sede da colônia de pescadores Z-2/RO do município de Guajará-Mirim passará por reestruturação de maquinário para contribuir com o fortalecimento dos arranjos produtivos da sociobiodiversidade existente na região do Mamoré. O governo de Rondônia liberou o recurso no valor de R\$ 74. 114,67 para investimento na colônia, cumprindo acordo de impulsionar os Arranjos Produtivos Local (APL), coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog).

O secretário da Sepog, George Braga, explicou que a parceria entre governo de estado e a colônia iniciou em 2013, quando a equipe da secretaria ministrou o curso de cooperativismo e empreendedorismo para mais de 70 pessoas ligadas ao segmento. "A colônia Z-2/RO é a primeira entidade, inserida nos arranjos da sociobiodiversidade, a receber os recursos disponibilizados da fonte direta do Estado para alavancar o segmento", explicou Braga.

Com o recurso, a colônia irá reestruturar as instalações do local de trabalho com renovação de frigoríficos, fábrica de gelo, maquinários e equipamento. Segundo a gerente de Desenvolvimento e Políticas Públicas da Sepog, Rúbia Lima, o investimento reflete na melhoria do setor no Estado. "A viabilização do recurso faz com que Rondônia ganhe no melhor armazenamento do peixe e na política de manter o emprego e o sustento das famílias que vivem do pescado e da venda", ressaltou a gerente.

O APL da sociobiodiversidade está localizado na região do rio Mamoré, que inclui os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, e é formado por representantes da Colônia de Pescadores Z-2/RO, Associação dos Açaizeiros, dos indígenas e extrativistas de Guajará-Mirim.

A associação dos açaizeiros de Guajara-Mirim também se prepara para receber recurso do governo de Rondônia e potencializar a produção. Os representantes estão na fase de organização dos documentos para concretizar a parceria.

Fonte: Assessoria

Documentário sobre a Amazônia estreia no programa 'Fantástico' a partir deste domingo (22)

SÍTIO A CRÍTICA, 17.03.2015

Série 'Amazônia S/A' retrata em cinco episódios dilemas do desenvolvimento econômico sobre a área com a maior biomassa florestal do planeta



Projeto é da Pindorama Filmes, de Estevão Ciavatta (Divulgação)

Rosiel Mendonça

Estreia neste domingo, dia 22, na programação do "Fantástico" (Globo), a série em cinco episódios "Amazônia S/A", que levará ao público um panorama sobre os impactos do desenvolvimento econômico sobre a área com a maior biomassa florestal do planeta – são cerca de 400 bilhões de árvores confinadas em um espaço que ocupa 61% do território brasileiro. A produção leva a assinatura do cineasta carioca Estevão Ciavatta e marca o retorno dele ao gênero documental após o lançamento do filme de ficção "Made in China", em 2014.

Filho de maranhense e com família no Acre e Pará, Ciavatta percorreu mais de 10 mil quilômetros por terra, água e ar captando cenas e depoimentos que vão mostrar uma sociedade que permanece anônima para muitos brasileiros.

CONT.



Narrados pela atriz Fernanda Montenegro, os episódios de 10 minutos fazem um alerta em relação aos projetos desenvolvimentistas para região e que oferecem riscos não só à biodiversidade (da qual o desmatamento ilegal é o principal vilão) como também às populações tradicionais.

O diretor conta que a ideia de "Amazônia S/A" remonta ao ano de 2002, quando ele filmou pela primeira vez na região. "Em 2004 fiz outra série sobre a Amazônia e tive contato com muita gente que trabalha aí. De uns quatro anos para cá, comecei a me dedicar mais a esse projeto, e o start partiu até de uma capa da Folha de S. Paulo que dizia que a Amazônia era o motor do desenvolvimento brasileiro", conta Ciavatta, casado com a apresentadora Regina Casé.

Segundo ele, as filmagens se concentraram no chamado "arco do desmatamento", entre os estados do Pará e Rondônia. "Percorri a BR 163 inteira, conhecida como a veia do desmatamento, visitei um quilombo, duas tribos indígenas, assentamentos, reservas extrativistas e muitas cidades. Nesse caminho, ouvimos diversos atores sociais. A ideia é que essa série promova uma ágora de discussão entre as pessoas que pensam e se preocupam com a Amazônia", completa o diretor, citando as entrevistas com o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e o cacique Juarez, do povo Mundurucu que habita a região do Tapajós, no Pará.

CONHECIMENTO

O mote de "Amazônia S/A" é o pensamento desenvolvimentista e tudo o que ele traz de bom e ruim. "Desenvolvimento deveria ser pensado como progresso social e não só econômico, que é uma coisa que restringe as conquistas", opina. Porém ele se mostra pessimista. "Ao mesmo tempo, posso dizer que ainda não atingimos o ponto crítico do desmatamento e da degradação, por exemplo. O alerta é nesse sentido".

Para Ciavatta, um caminho possível é o do conhecimento. "Tem que ter mais investimento. A Amazônia inteira tem menos PhDs que a Universidade de São Paulo (USP). Da mesma forma, o Brasil come a carne, usa a madeira e veste o algodão produzido aí, mas as pessoas não sabem disso. Qualquer pessoa aqui do Sudeste não está nem aí, por isso se trata de uma sociedade ainda anônima. São muitas Amazonas", diz.

Série vai até abril

No episódio 2 da série, que será exibido em 29 de março, será a vez de apresentar a história da ocupação da Amazônia nos últimos 45 anos, quando foram desmatados quase 20% da região, sem que isso tenha trazido melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. O terceiro episódio da série será sobre a Amazônia como a principal fronteira agrícola do Brasil, onde soja, milho e algodão são cultivados em grandes extensões de terra, forçando os limites da floresta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49/2015

Brasília, 18 de março de 2015.

O penúltimo episódio, que será exibido dia 12 de abril, vai mostrar o modelo econômico pensado para tornar a Amazônia o maior produtor brasileiro de minério, energia elétrica, soja, carne, dendê e madeira, itens estratégicos para o crescimento da economia do País e do mundo. O último episódio, "O Brasil do Futuro e o País do Presente", vai levantar questões sobre o futuro da região, políticas governamentais nas três esferas, o que mudou com o Código Florestal e exemplos de desenvolvimento sustentável.



Prefeitura atende ribeirinhos atingidos pela cheia com distribuição de barracas e mantimentos

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 17.03.2015

Sempedec atende distrito de Nazaré e comunidades próximas com barracas e água

A Prefeitura de Porto Velho, por meio da secretaria municipal de Programas Especiais e Defesa Civil (Sempedec) realizou no período de 13 a 15 de março mais uma etapa de distribuição de barracas e mantimentos a famílias ribeirinhas atingidas pela cheia do Rio Madeira. A secretaria vem realizando monitoramento de todo o baixo e médio Madeira, com o auxílio dos administradores distritais na intenção de identificar as famílias em vulnerabilidade e de imediato oferecer o apoio necessário.

Na sexta-feira (13/03), em Nazaré, distrito distante cerca de 125 km do centro urbano de Porto Velho, e que pode ser acessado apenas via embarcação ou aéreo, através de percurso de carro até o município de Humaitá (AM) ou pela estrada que dá acesso ao distrito de São Carlos- esta última encontra-se inundada- foram atendidas dez famílias que tiveram que ser removidas de suas casas já atingidas pelas águas.

O administrador de Nazaré Pedro Bastos Silva agradeceu o apoio da Sempedec e falou da situação que é de alerta. "Na cheia do ano passado nossa comunidade foi totalmente tomada pelas águas. Nunca tínhamos passado por situação semelhante. Fomos pegos de surpresa e toda a administração também. Foi uma grande tragédia. Até hoje muitas famílias não conseguiram se recuperar. Produções foram perdidas, animais, casas desabaram, e outras sofreram grandes avarias. Foram mais de três meses com tudo submerso. Todos os esforços foram na tentativa de evitar que o pior acontecesse. Nossa atenção era para salvar vidas. E graças a Deus conseguimos, porém as perdas e prejuízos são grandes. Neste ano a cheia do Rio foi menor, mas muitas casas foram novamente atingidas. Boa parte da comunidade havia retornado para o distrito quando as águas baixaram e mais uma vez vivem essa remoção. De imediato estamos disponibilizando barracas e água que é uma grande preocupação do prefeito Mauro, pois os poços do distrito foram atingidos e a orientação é não haver o consumo por parte deles. E este atendimento está acontecendo", disse Pedro.

No sábado (14/03) a Sempedec destinou mais água potável para São Carlos, distante cerca de 100 km do centro urbano da capital. Mais de seis mil litros de água foram entregues ao administrador do distrito, Ednardo Souza Medeiros. A comunidade fez questão de ajudar no descarregamento. Uma equipe da Semas fica responsável por cadastrar cada família atendida com os suprimentos e também registrar novas demandas que são encaminhadas à Sala de Situação que gerencia cada ação voltada exclusivamente para a questão da cheia.

A entrega de água seguiu no domingo (15/03) e durante esta semana outra embarcação segue

CONT.



para outras comunidades atingidas. Seu Ismael Silva agradeceu a atenção da prefeitura. "A água é muito importante, sem ela ficamos numa situação crítica. E está chegando até as pessoas que realmente precisam. O nosso consumo diário é de pelo menos seis litros de água para cada família. E não tem faltado. Esperamos que não tenhamos outra cheia como a do ano passado. Acredito que foi realmente um fato histórico. Ficamos assustados e hoje estamos sempre em alerta. Temos muito a agradecer à prefeitura pela agilidade com quem atendeu a nossa comunidade", disse ele.

O aposentado José Silva também teve sua casa atingida. Quando as águas baixaram ele acabou voltando para a casa. Fez os reparos e se instalou novamente. Hoje sob a orientação de que não é recomendado o consumo das águas dos poços, ele veio buscar a água que está sendo disponibilizada pela Sempedec. "Com esse atendimento não temos visto as pessoas doentes. A gente sabe como é perigoso beber água contaminada e por isso estamos aqui para receber esse bem valioso. A prefeitura está de parabéns por não deixar as comunidades ribeirinhas desassistidas", enfatizou.

A Sempedec, desde o início do ano, realiza uma força tarefa para atender a cerca de 2 mil e 800 famílias localizadas nos distritos do baixo e médio Madeira com água potável e barracas para auxiliar na moradia para os desabrigados pela cheia do rio Madeira.

De acordo com o secretário da Sempedec Vicente Bessa, o trabalho prévio e a parceria com outras secretarias fizeram diminuir os transtornos para as famílias. "Estamos desde novembro do ano passado realizando um trabalho preventivo de remoção daquelas famílias que viviam à beira do rio para uma área mais alta e entregando água para evitar doenças e entregando cestas básicas e barracas. "Somente em março atendemos vários distritos e outras localidades", disse ele.

Madeira se mantém estável com 16,94 m, mas deve voltar a subir em RO

SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 17.03.2015

Nível do rio registrado nesta terça-feira, 17, é o mesmo de segunda-feira, 16. Chuvas fortes no Beni não demonstram risco de subida repentina, diz CPRM.



140 famílias foram atingidas pela água do Rio Madeira no Beco do Birro e Baixa União
(Foto: Gaia Quiquiô/G1)

O nível do Rio Madeira se mantém estável nesta terça-feira (17), a cota de 16,94 metros é a mesma registrada pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) na segunda-feira (16). No último sábado (14), o rio teve o maior registro deste ano, com 17,04 metros. Conforme a CPRM, as chuvas ocorridas na última semana na Bolívia não demonstram perigo de subida repentina do Madeira. A Defesa Civil continua com o abastecimento de água potável nas comunidades ribeirinhas atingidas com a nova enchente.

A companhia explica que a previsão é que o nível continue a aumentar com oscilações, até o início de abril. Mas não há como prever quanto o Madeira deve subir nos próximos dias, a partir das fortes chuvas que ocorreram na bacia do Rio Beni, na Bolívia, entre quarta-feira (11) e sexta-feira (13), mas garante que não existe perigo de subir repentinamente.

CONT.



A média histórica do dia 17 de março é 14,99 metros e, na mesma data em 2014, ano em que ocorreu a cheia histórica, o Madeira registrava 19,12 metros. Como o rio tem mantido estabilidade com cerca de dois metros abaixo dos níveis registrados no ano passado, a CPRM afirma que a probabilidade de uma enchente igual ou em maior proporção é remota para este ano. A marca máxima registrada no ano passado foi de 19,74 metros.

Com o cenário de estabilidade do nível, três barcos devem descer o rio nesta terça, com água potável para as comunidades de Nazaré e São Carlos e, na quinta-feira (19), o serviço continua em Calama, áreas afetadas com a cheia que atingiu diretamente os poços.

A Secretaria Municipal de Programas Especiais e Defesa Civil (Sempedec) afirma estar preparada para uma possível situação de emergência se houver a subida da cota. "Se o rio subir 30 centímetros pode ocasionar em muitas famílias desabrigadas, mas estamos prontos para levá-las aos abrigos montados", disse o secretário adjunto José Pimentel.

Atingidos

Segundo a Sempedec, cerca de 20 mil pessoas podem ficar desabrigadas com a cheia do Rio Madeira, em Porto Velho, este ano. Isso porque, existem aproximadamente 4 mil famílias vivendo em áreas de risco nas regiões central e rural da capital.

Cheia histórica

A marca histórica do Rio Madeira até o momento é de 19,74 metros, registrada em 2014. A cheia do ano passado atingiu principalmente os municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará-Mirim. Cerca de 97 mil pessoas foram afetadas pela enchente, sendo que 35 mil ficaram desabrigadas ou desalojadas.

Os custos para a recuperação total dos locais afetados foram estimados em R\$ 4,2 bilhões, e o tempo necessário foi calculado em 10 anos.

Autor: G1/RO

Fonte: G1/RO



Suposto cemitério indígena barra obra do elevado do Rio Tavares por tempo indeterminado

SÍTIO DIÁRIO CATARINENSE, 17.03.2015

Como diz o ditado popular, nada é tão ruim que não possa piorar. A prefeitura de Florianópolis planejava assinar a ordem de serviço para o início das obras do elevado do Rio Tavares, no Sul da Ilha, no próximo dia 23, em meio às comemorações do aniversário da cidade.

Seria a tão aguardada largada para aquela que atualmente é considerada a mais importante obra de mobilidade da Capital, capaz de amenizar o sofrimento diário de milhares de moradores do Sul da Ilha no trânsito. No entanto, uma notificação do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) fez a administração municipal suspender o início das obras por tempo indeterminado.

De acordo com instituto, na região onde será construído o viaduto pode, isso mesmo, pode, não há certeza, existir um sambaqui, que para quem não sabe se trata de um cemitério indígena. O Iphan informou que só autoriza o início da obra depois que a prefeitura procurar, encontrar e remover o dito sambaqui, trabalho que pode se arrastar por meses a fio.

O cemitério é mencionado em uma obra da década de 1950 do padre João Alfredo Horn, religioso que catalogou os principais sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina, mas os técnicos do Iphan não sabem sua localização exata.

Ainda nesta semana representantes da prefeitura devem ir à Brasília tentar audiência com a presidente nacional do IPHAN, a fim de conseguir a autorização para iniciar a obra com a vigilância de um geógrafo, já contratado pela prefeitura acompanhar os trabalhos.

Postado por Rafael Martini.

Parceria entre Veracel e comunidades indígenas possibilita desenvolvimento de atividades socioprodutivas no Sul da Bahia

SÍTIO ROTA 51, 17.03.2015



Veracel faz parceria com comunidades indígenas.

Uma parceria entre a Veracel Celulose e a Associação de Agricultores Indígenas Pataxó de Coroa Vermelha AGIP-COVER, está fazendo “chover na horta” de mais de 30 famílias indígenas do Sul da Bahia. Graças ao apoio da empresa, desde o mês de dezembro de 2014, a associação que já desenvolve o plantio de diversos produtos agrícolas, passou a contar com o suporte de um sistema de irrigação que vem contribuindo não só para a sustentabilidade destes plantios, mas também para o desenvolvimento da agricultura familiar em comunidades tradicionais da região.

O novo sistema de irrigação tem capacidade para regar quatro hectares de plantio de uma só vez e, em respeito ao meio ambiente, está configurado para irrigar, por gotejamento, apenas cinco litros/planta por dia, atendendo com eficiência as aldeias de Juerana, Barra Velha e Agricultura Gleba B da Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, respectivamente. Tais equipamentos vêm possibilitando a manutenção da produção de lavouras de café, banana, pimenta do reino, açaí, goiaba e outras culturas implantadas nestes núcleos, principalmente, no período de maior estresse hídrico das plantas, como por exemplo, nos meses de Verão.

A associação, que já desenvolve o plantio de diversas culturas agrícolas, por ter sido contemplada em um projeto de aquisição de mudas frutíferas, através de um convênio com a SEAGRI/SUAF, que visa à implementação de políticas públicas do Governo do Estado da Bahia de ações socioprodutivas em aldeias indígenas, considera esse novo sistema de irrigação uma grande oportunidade de tornar seus negócios mais sustentáveis. “Graças ao apoio da Veracel, estamos tendo a possibilidade de transformar a nossa realidade. Estamos tendo mais oportunidades de desenvolvimento socioeconômico e de ampliar a qualidade de vida da nossa população”, afirma Cosme Gomes Figueiredo, presidente Associação de Agricultores Indígenas Pataxó de Coroa Vermelha AGIP-COVER.

Para Renato Carneiro, gerente de Sustentabilidade da Veracel, o apoio a estas ações de desenvolvimento da agricultura familiar promovidas pela Veracel tem funcionado como um combustível motivacional para diversos agricultores locais e já vem se firmando como uma das

CONT.



principais tendências geradoras de desenvolvimento socioprodutivo na região. “Esta parceria materializa o compromisso da empresa em apoiar as comunidades tradicionais e confirma nossa preocupação com o desenvolvimento sustentável de toda a região”.

O projeto que está beneficiando, em um primeiro momento, estas três comunidades Pataxós, tem como proposta ampliar suas ações e contemplar também outras comunidades indígenas do Sul da Bahia.

FOTO: Verac.

Moradores do Parque Memorial Quilombo dos Palmares-AL terão casas no centro de União

SÍTIO FUNDAÇÃO PALMARES, 18.03.2015



Seu Louro, morador do Parque Memorial Serra da Barriga, no Onjô de Farinha

Residentes na área correspondente ao Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, serão contemplados com residências mais próximas do centro do município de União dos Palmares. O Governo Estadual declarou, na última semana, que uma área que seria destinada à construção de matadouro público é de interesse social e atende às necessidades das quinze famílias em questão.

O Parque administrado pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC), foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1985 e recria o ambiente da República dos Palmares – o maior, mais duradouro e mais organizado quilombo já implantado nas Américas. Por se tratar de patrimônio cultural do país, além de declarada área de preservação ambiental, não pode abrigar residências.

Para os encaminhamentos decorrentes da declaração, o presidente da Fundação, Hilton Cobra, se reunirá na próxima semana com o governador de Alagoas, Renan Calheiros Filho. Nela, serão decididos os detalhes da doação do terreno e possíveis projetos para a construção das casas que atenderão às famílias.

CONT.



Competência – De acordo com Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP, a destinação do terreno de 2,86 hectares à essa população por parte do Governo, marca um momento importante à vida dessas pessoas. “Fora do Parque e melhor localizadas no município, elas terão mais possibilidades de segurança, acesso à saúde e alternativas ao desenvolvimento”, explica.

Ele ressalta que desde a aquisição da área pela instituição para a construção do Parque, na década de 1980, há uma preocupação com o destino dessas famílias. “A Palmares se comprometeu de que o realocamento das pessoas só aconteceria com a segurança de que elas não corressem riscos e tivessem como garantia alternativas à melhoria de sua qualidade de vida”, diz.

Até então, as famílias que ocupam a área do Parque vivem numa região de encosta, considerada de risco pela Defesa Civil. As casas feitas de taipa condenam ainda, a saúde dos moradores, uma vez que são consideradas estruturas perfeitas à proliferação do barbeiro, inseto que transmite a doença de Chagas.

Expectativas – A notícia foi recebida na manhã desta sexta-feira (06) pelo senhor Denônio Ferreira de Moraes (Seu Louro), 57 anos, um dos moradores da área do Parque, que se comprometeu de informar às outras famílias. Segundo ele, a preocupação inicial em ter que deixar o espaço era com as condições para as quais seriam encaminhados. “Queríamos um lugar que contribuísse para o nosso desenvolvimento”, disse. Ao saber da localização da futura moradia, afirmou que a novidade deve surpreender a todos.

O coordenador dos Agentes Florestais da Serra, Diogo Palmeiras, remanescente quilombola, cuida da área há 15 anos e acompanha a rotina e as dificuldades enfrentadas por essas famílias. “Nos períodos de chuvas, todos ficam isolados. O rio enche impossibilitando o acesso à cidade. As crianças chegam a ficar dias sem frequentar a escola”, preocupa-se.

Para ambos, a mudança pode ser tratada como uma conquista pois, o acesso também será facilitado à outros dois municípios – Chã Preta e Murici – colaborando por exemplo, para a venda dos produtos decorrentes da agricultura familiar, principal fonte de renda dessa população.



Incra publica 1º RTID quilombola do Estado da Bahia em 2015

SÍTIO FUNDAÇÃO PALMARES, 18.03.2015

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou nesta semana o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) referente ao território do Quilombo do Fôjo. Na comunidade, situada no município de Itacaré, na Bahia, vivem 65 famílias numa área de 1,3 mil hectares. O quilombo foi certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2006. A titulação foi a primeira no Estado, referente a quilombos no ano de 2015.

A publicação do RTID no Diário Oficial da União (DOU) representa o fim de uma etapa complexa que visa a titulação coletiva do território. O documento reúne levantamentos antropológicos, históricos e mapas descritivos que reconhecem a ocupação ancestral dessas famílias no seu espaço tradicional.

Segundo Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, o conteúdo do relatório condiz com os levantamentos realizados pela FCP. "A publicação do RTID é um passo importante para a garantia dos direitos culturais e territoriais da comunidade do Fôjo", afirmou. A partir de agora, os 25 proprietários de imóveis rurais e posseiros, residentes no domínio quilombola serão notificados da determinação.

Fôjo – O marco do Fôjo foi a chegada do escravizado, Alfredo Gomes, que fugiu guiando-se pelo Rio de Contas, em 1880. O nome do quilombo foi definido a partir das armadilhas de caça de que Alfredo se utilizava para garantir a subsistência. Eram covas profundas feitas na terra e cobertas com folhagens secas, onde caíam os animais que serviam de complemento às refeições.

De acordo com o RTID, os remanescentes de Alfredo Gomes transmitem entre as gerações que o avô aprendeu a técnica do fôjo no período colonial. As armadilhas eram feitas nas florestas pelos capitães-do-mato para "capturar" os escravizados fugitivos. Nesta comunidade ainda hoje é possível encontrar dessas armadilhas, porém feitas naquela época.

A área da comunidade é caracterizada pela preservação ambiental possibilitada pela localidade (de difícil acesso) e por áreas de impossível deslocamento por carro ou barco. Alguns trechos da mata nativa, sofrem hoje com os desmatamentos feitos pelos fazendeiros locais. A esperança dos quilombolas é que com o andamento do processo, agressões como essas sejam evitadas.

Com informações do Incra



Indígenas querem ampliação do acesso à universidade SÍTIO CEDEFES, 18.03.2015

Cerca de 8 mil indígenas cursam o Ensino Superior no Brasil, conforme dados da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação (MEC). Em 2010, havia praticamente a metade desse número nas faculdades. Poran Potiguara, estudante de Engenharia Florestal na Universidade de Brasília (UNB), acredita que o crescimento se deve à Lei 12.711, a chamada Lei de Cotas, instituída pelo Governo Federal em 2012, e às ações afirmativas de algumas universidades que, mesmo antes da Lei, abriram vagas em seus cursos para os indígenas.

Poran Potiguara, que tem no sobrenome a identificação de seu povo, é um dos coordenadores da Rede de Juventude Indígena (Rejuind), criada em 2009 para facilitar o diálogo entre a diversidade de juventudes indígenas na defesa de seus direitos. A Rejuind mantém uma página na rede social Facebook, grupos de discussão fechados no WhatsApp e já programa para 28 de setembro a 2 de outubro de 2015, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o 3º Encontro Nacional de Acadêmicos Indígenas (Enei).

Os potiguaras habitam o Ceará e a Paraíba, e somam cerca de 20 mil pessoas. "É o único povo do litoral que não mudou de lugar desde a colonização", assegura Poran. Essa determinação se mantém em seu representante quando o assunto é educação. Os acadêmicos reunidos na Rejuind temem que haja uma queda no número de vagas no Ensino Superior porque muitas universidades estão adotando apenas a Lei de Cotas, que deve atender também a população negra e parda e aos critérios de renda. Um cálculo feito por estudantes da UNB mostrou que, dividindo o número de vagas das Cotas pela população indígena, e o resultado é de 0,05 vagas por indígena. É muito pouco. Poran vive na Aldeia Tambar, em Baía da Traição, município com 8,6 mil habitantes com 90% do seu território situado dentro de reserva indígena no litoral da Paraíba, conforme dados do IBGE.

"Estamos discutindo alternativas para que, além das cotas, seja garantido o ingresso nas universidades de forma diferenciada por um vestibular específico", informa Poran. Outra preocupação é com a permanência dos estudantes indígenas nos cursos, já que muitos saem de seus locais de origem, geralmente em zonas rurais, para morar nas cidades. "O Programa de Bolsa Permanência do MEC ajudou muito, mas é apenas para universidades federais. Quem está cursando as estaduais e particulares não têm direito", observa. A Bolsa Permanência prevê a concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. No caso dos indígenas, o valor é de R\$ 900,00.

Esses benefícios servem de estímulo a quem quer estudar, reconhece Poran. "Na minha própria aldeia não se buscava o Ensino Superior pela falta de apoio e dificuldades de se

CONT.



manter, mas hoje se vê o contrário. No dia da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) notei que havia mais gente fazendo”, descreve. Poran lembra ainda que algumas universidades criaram Programas de Licenciatura Indígena. “São cursos criados por indígenas para indígenas. É um avanço, porque os professores indígenas não têm reconhecimento como um segmento diferenciado no Brasil, apesar de tantos anos trabalhando nas comunidades”. As discussões dos jovens da Rejuind passam também pela falta de material didático específico em nível escolar para a educação das crianças indígenas. Com mais de 200 povos, e tantas línguas, é difícil publicar algo que sirva para todos, admite Poran.

Um dos desafios é romper com a invisibilidade dos acadêmicos e a discriminação. “Falo que nossa vida é muito louca, no mínimo três vezes mais que dos estudantes convencionais, porque precisamos estudar, resistir ao preconceito dos alunos e professores, e fazer política para quebrar paradigmas. Sem falar na adaptação, porque se sai da vida na comunidade, que é muito diferente da vida na universidade, onde todo mundo está por si e quer derrubar o outro. Na comunidade é o inverso, tudo parte do coletivo. Há um choque cultural”, critica Poran.

Os indígenas ainda têm uma longa jornada até conseguir efetivamente ocupar seus espaços na Graduação e Pós-Graduação, onde começam a seguir carreira como pesquisadores. Mas Poran tem uma certeza: “Temos a obrigação de não esquecer de onde viemos, para que a gente possa voltar às comunidades ou ficar na cidade ajudando o povo, onde quer que esteja”.

Fonte: Clarinha Glock



Os últimos Avá-Canoeiros

SÍTIO CEDEFES, 18.03.2015

Um grupo com seis remanescentes. É tudo o que sobrou da nação indígena que ocupava o Estado de Goiás quando o homem-branco chegou ao Brasil há 500 anos

Num ponto de difícil acesso no norte de Goiás, a 700 quilômetros de Brasília, uma família com seis integrantes resiste como últimos representantes da nação indígena Avá-canoeiro. Os índios desta tribo conseguiram escapar do destino de outros 900 povos nativos, que sumiram do mapa brasileiro nos últimos cinco séculos. A matriarca Matcha, 65 anos, sua irmã Naquatcha, 60, a filha Tuia, 30, o único homem da tribo, Iawí, 40, e as duas crianças Trumak, 14, e Potdjawa, 11, são os remanescentes de um massacre ocorrido em 1969, que dizimou 150 índios. Na ocasião, Matcha estava grávida de Tuia e fugiu com Naquatcha e Iawí. Durante 12 anos, os três viveram em cavernas e comeram morcegos para sobreviver. Passaram a viver como nômades para escapar dos ataques do homem branco até aceitarem viver sob a tutela da Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1981, quando a instalação das obras da Hidrelétrica da Serra da Mesa lhes tirou definitivamente o hábitat -- as cavernas foram alagadas pela represa.

Mesmo assim, a pureza do sangue e as tradições da tribo Avá-canoeiro estão condenadas à extinção. Ocorre que a cultura desses indígenas proíbe o incesto e, com um homem para apenas uma mulher em idade fértil, toda a nova geração seria constituída por irmãos. E, dessa forma, eles não poderiam manter relações sexuais entre si. O problema é insolúvel porque os Avá-canoeiros também se recusam a conviver com outras tribos. "Os Tapirapé foram reduzidos a 20 índios nos anos 50 e hoje são mais de 500 a caminho da sua autonomia", diz o indigenista Walter Sanches, 54 anos, chefe do posto da Funai na região. "Os Juma da Amazônia são quatro, mas já estão se casando com índios de outras tribos, não há mais o que fazer", conclui o representante da Funai.

TRABALHO DE ÍNDIO Sob o amparo da Funai e os cuidados de Sanches, os Avá-canoeiros vivem numa reserva de 38 mil hectares perto de Minaçu (GO). Na aldeia improvisada há 19 anos, a tribo cresceu. Tuia, que nasceu nas cavernas, teve as duas crianças. Iawí, o pai delas, é também o marido das três mulheres. Apesar de Matcha exercer o papel de líder do grupo, é Iawí quem caça, planta e realiza as tarefas domésticas. Como manda-chuva do grupo, Matcha determinou o nascimento das duas crianças para preservar a etnia.

Na aldeia, cada habitante tem sua atribuição. As crianças ajudam Iawí a plantar e fazer a colheita. Naquatcha ganhou uma máquina de costura da Funai e cuida da confecção das roupas. Mas Tuia gosta mesmo é de namorar. Como costuma sair às escondidas com Iawí, e as outras mulheres da tribo não são indiferentes ao ciúme, a própria Matcha parou de se preocupar com a perpetuação da tribo. Decidiu proibir o surgimento de mais bebês. "Pra que mais criança? Criança só atrapalha", argumenta.

CONT.



A família produz parte do que consome. Em média, 1,8 tonelada de arroz, uma tonelada de milho, feijão, abóbora e mandioca por safra. Plantam frutas como mamão, limão e maracujá para se alimentarem em períodos de entressafra. Da Funai, eles ganham sal, óleo de soja, açúcar e carne bovina. Também remédios, pilhas para o rádio da casa e outros artefatos, como tecidos.

Quando assumiu o posto em Minaçu, Walter Sanches encontrou os Avá-canoeiros numa situação caótica. A hidrelétrica de Furnas estava em plena construção e a Funai decidiu mantê-los perto do acampamento dos funcionários da obra. Estariam mais seguros. Foi um grave erro. Com o contato os índios aprenderam a fumar e a tomar bebidas alcóolicas. Trocavam a caça para saciar seus vícios. As mulheres serviam de entretenimento sexual para os "homens brancos", com o consentimento do único índio da tribo. Por isso, até seis anos atrás, a índia Tuia acreditava que deveria se oferecer como fêmea a todos os homens que fossem visitar sua aldeia.

Hoje só é possível chegar à aldeia com a autorização da Funai e a supervisão de um indigenista. O "homem branco", chamado por eles de maíra, também levou as crianças a adquirir novos costumes. Elas são as que melhor falam a língua portuguesa na aldeia. São também fascinadas por perfumes e fazem questão de usar sabonete e creme dental. "Coisas de branco", afirma Iawí, resistente aos objetos estranhos a sua cultura. Os pequenos Trumak e Potdjawa já conhecem o alto do rio Xingu e as cidades de Goiânia e Rio de Janeiro. "Vou para Brasília, quero conhecer casa sua", avisa Trumak.

Fonte: André Barreto

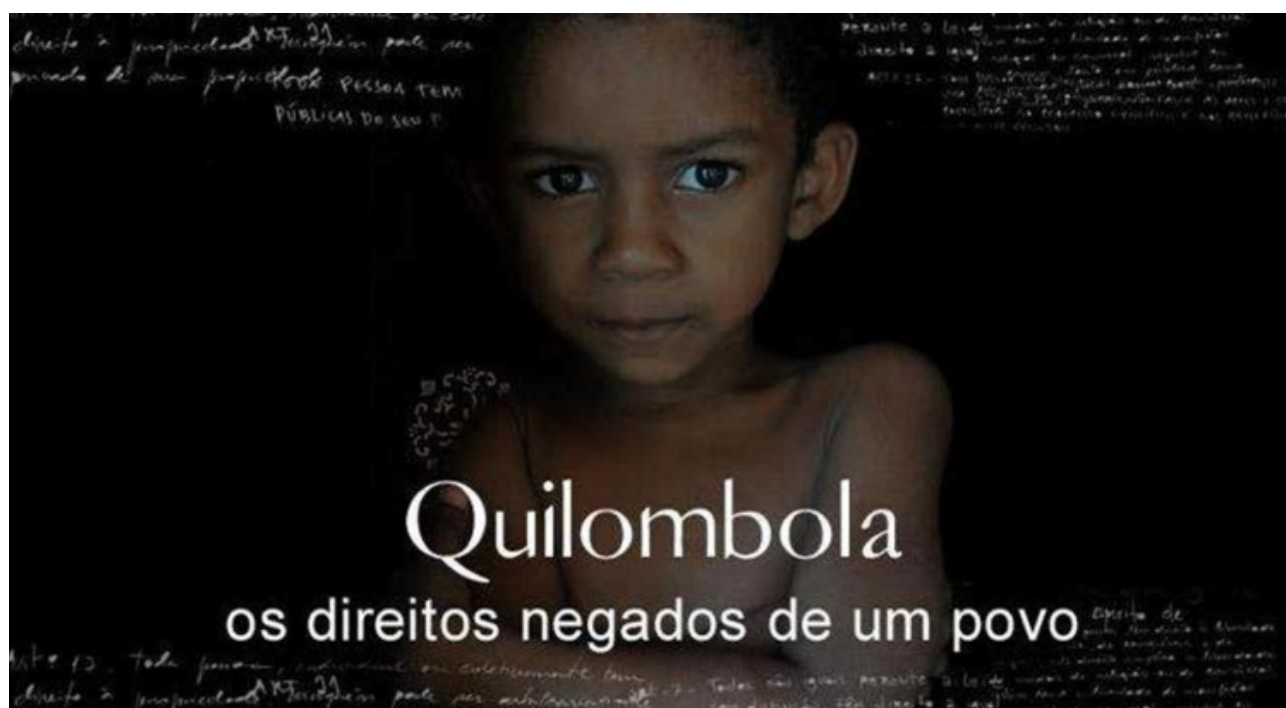


Boletim de Notícias - Edição nº 49/2015

Brasília, 18 de março de 2015.

Nota do Comitê Quilombos da ABA sobre a ADI 3239
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.03.2015

Direito quilombola de volta na pauta do Supremo Tribunal Federal



Está marcada para o próximo dia 19 de março de 2015 a retomada do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação foi ajuizada em 2004 pelo antigo PFL (hoje DEM) e discute a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/2003.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, expedido pelo Presidente da República, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Trata-se, portanto, de documento legal que produz efeitos no país há mais de 10 anos.

Importante ressaltar que o referido Decreto não apenas define o processo de regularização fundiária, como também defende a criação de um plano de desenvolvimento sustentável para

CONT.



as comunidades dos quilombos. A partir desta norma o "etnodesenvolvimento" passou a ser uma missão dos diferentes ministérios, visando "a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural" das comunidades.

As ações e programas do Governo Federal que se referem ao seu "etnodesenvolvimento" estão inseridas no Programa Brasil Quilombola, que foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para esse público. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades nas áreas de acesso à terra/território, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento Local, Direitos e Cidadania. O Decreto, assim, serve de base para outros diplomas legais que instituem políticas para as comunidades quilombolas.

Todos esses programas e ações repercutem no governo em seus diferentes níveis e se coadunam com ações de mobilização levadas a efeito pela Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ e suas instâncias estaduais, por movimentos sociais, por inúmeras ONGs e OSCIPs, associações científicas e acadêmicas, grupos de pesquisa e extensão de várias Instituições de Educação Superior no país, além de iniciativas privadas na pauta da responsabilidade social. O Decreto 4887/2003 encontra-se, portanto, respaldado por uma série de atores que perpassam diferentes segmentos da sociedade nacional, o que demonstra sua importância na manutenção de direitos básicos do povo quilombola.

Desde abril de 2012, quando começou o julgamento desta Ação de Inconstitucionalidade no Supremo, paira grande insegurança no país, entre as comunidades e seus territórios, entre lideranças, movimentos sociais, organizações comunitárias e de apoio a essas comunidades e, sobretudo, entre os mais de 2 milhões de quilombolas de todo o país, assim como entre a comunidade acadêmica e profissionais diretamente envolvidos na implementação desses direitos, e entre vários setores do executivo brasileiro que estão à frente de iniciativas governamentais voltadas à sua proteção.

A ADI Nº 3.239/2004 abala conquistas consolidadas na Constituição Federal de 1988, sobretudo quanto à garantia do direito à propriedade de territórios (art. 68, ADCT) e à proteção dos "modos de fazer, criar e viver" das comunidades quilombolas no país, (artigos 215 e 216 da CF/88). A mesma Ação coloca em risco também o alcance de conquistas correlatas de outros dispositivos legais, tais como a Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial, a Convenção 169 da OIT, e o próprio artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição. Assim, a Associação Brasileira de Antropologia, através do seu Comitê Quilombos, vem, a público, externar sua preocupação com a votação do Supremo, defendendo sua manutenção e plena efetivação.

Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia

Brasília, 17 de março de 2015.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Henyo Barretto



Quilombolas podem ser incluídos no marco legal da biodiversidade

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.03.2015

Em audiência conjunta no Senado Federal nesta terça-feira (17), a ministra Nilma Lino Gomes pediu apoio para inclusão dos quilombolas na lei que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético

SEPPIR

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes, defendeu a inclusão dos quilombolas no Projeto de Lei da Câmara nº 2/2015, o qual institui o Marco Legal da Biodiversidade. O debate sobre o tema foi realizado na manhã desta terça-feira (17), durante audiência pública no Senado Federal, ocasião na qual a ministra também enfatizou a importância da inclusão da SEPPIR no referido Projeto de Lei.



“Esse é um tema extremamente significativo para a SEPPIR, pois toca de forma incisiva os quilombolas e os povos tradicionais de matriz africana, e nossa responsabilidade é garantir os direitos desses segmentos, os quais são detentores de técnicas tradicionais e conhecimentos que podem ser usurpados caso o Estado não os proteja”, explicou a ministra Nilma Lino Gomes durante o evento. “É necessário incluir as comunidades quilombolas no teor da lei. A ausência desse grupo, sua invisibilidade não é por acaso: é fruto do apagamento histórico que sofreram com as relações de poder. Assim, é responsabilidade do Estado corrigir essa desigualdade, de maneira a dar visibilidade e garantir seus direitos”, ressaltou a ministra.

A audiência foi realizada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Agricultura e Reforma Agrária. Também participaram do debate representantes dos ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Defesa, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O debate continua nesta quarta-feira (18), em nova audiência no Plenário 06 do anexo II do Senado Federal, a partir das 8h, com a participação da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

CONT.



Inclusão – Quilombolas e SEPPIR

O senador Paulo Rocha apresentou duas emendas inclusivas ao Projeto de Lei. Uma delas solicita a inclusão da SEPPIR na matéria, pois não há no PL nenhum órgão do Executivo que possui competência para tratar das questões referentes às Comunidades Quilombolas e Povos Tradicionais de Matriz Africana. A outra emenda pede a inclusão da palavra “quilombolas” no texto, afirmando que é dever do Estado assegurar os direitos dessas comunidades e buscar formas de acelerar a efetivação do direito acerca do acesso ao patrimônio genético, da biodiversidade e ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios conseguidos com sua pesquisa e exploração econômica.

Projeto de Lei nº 7735/2014

A audiência terá como foco a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015 (PL nº 7735/2014) que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Os avanços técnico-científicos experimentados no campo do sequenciamento e manipulação de dados genéticos ao longo das últimas décadas denotam a necessidade do Estado brasileiro regulamentar essa matéria. Nesse contexto, é fundamental a participação da SEPPIR no debate, uma vez que é o órgão do Poder Executivo responsável por assistir e acompanhar a formulação, articulação e implementação de legislação para garantir os direitos étnicos e culturais dos remanescentes das comunidades dos quilombos e povos tradicionais de matriz africana.

Foto: Ministra da SEPPIR, Nilma Lino Gomes, defendeu a inclusão dos quilombolas no PLC nº 2/2015

Rejuind: Indígenas querem ampliação do acesso à universidade

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.03.2015



Por Clarinha Glock, em Extra Classe

Cerca de 8 mil indígenas cursam o Ensino Superior no Brasil, conforme dados da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação (MEC). Em 2010, havia praticamente a metade desse número nas faculdades. Poran Potiguara, estudante de Engenharia Florestal na Universidade de Brasília (UNB), acredita que o crescimento se deve à Lei 12.711, a chamada Lei de Cotas, instituída pelo Governo Federal em 2012, e às ações afirmativas de algumas universidades que, mesmo antes da Lei, abriram vagas em seus cursos para os indígenas.

Poran Potiguara, que tem no sobrenome a identificação de seu povo, é um dos coordenadores da Rede de Juventude Indígena (Rejuind), criada em 2009 para facilitar o diálogo entre a diversidade de juventudes indígenas na defesa de seus direitos. A Rejuind mantém uma página na rede social Facebook, grupos de discussão fechados no WhatsApp e já programa para 28 de setembro a 2 de outubro de 2015, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o 3º Encontro Nacional de Acadêmicos Indígenas (Enei).

CONT.



Os potiguaras habitam o Ceará e a Paraíba, e somam cerca de 20 mil pessoas. "É o único povo do litoral que não mudou de lugar desde a colonização", assegura Poran. Essa determinação se mantém em seu representante quando o assunto é educação. Os acadêmicos reunidos na Rejuind temem que haja uma queda no número de vagas no Ensino Superior porque muitas universidades estão adotando apenas a Lei de Cotas, que deve atender também a população negra e parda e aos critérios de renda. Um cálculo feito por estudantes da UNB mostrou que, dividindo o número de vagas das Cotas pela população indígena, e o resultado é de 0,05 vagas por indígena. É muito pouco. Poran vive na Aldeia Tambar, em Baía da Traição, município com 8,6 mil habitantes com 90% do seu território situado dentro de reserva indígena no litoral da Paraíba, conforme dados do IBGE.

"Estamos discutindo alternativas para que, além das cotas, seja garantido o ingresso nas universidades de forma diferenciada por um vestibular específico", informa Poran. Outra preocupação é com a permanência dos estudantes indígenas nos cursos, já que muitos saem de seus locais de origem, geralmente em zonas rurais, para morar nas cidades. "O Programa de Bolsa Permanência do MEC ajudou muito, mas é apenas para universidades federais. Quem está cursando as estaduais e particulares não têm direito", observa. A Bolsa Permanência prevê a concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. No caso dos indígenas, o valor é de R\$ 900,00.

Esses benefícios servem de estímulo a quem quer estudar, reconhece Poran. "Na minha própria aldeia não se buscava o Ensino Superior pela falta de apoio e dificuldades de se manter, mas hoje se vê o contrário. No dia da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) notei que havia mais gente fazendo", descreve. Poran lembra ainda que algumas universidades criaram Programas de Licenciatura Indígena. "São cursos criados por indígenas para indígenas. É um avanço, porque os professores indígenas não têm reconhecimento como um segmento diferenciado no Brasil, apesar de tantos anos trabalhando nas comunidades". As discussões dos jovens da Rejuind passam também pela falta de material didático específico em nível escolar para a educação das crianças indígenas. Com mais de 200 povos, e tantas línguas, é difícil publicar algo que sirva para todos, admite Poran.

Um dos desafios é romper com a invisibilidade dos acadêmicos e a discriminação. "Falo que nossa vida é muito louca, no mínimo três vezes mais que dos estudantes convencionais, porque precisamos estudar, resistir ao preconceito dos alunos e professores, e fazer política para quebrar paradigmas. Sem falar na adaptação, porque se sai da vida na comunidade, que é muito diferente da vida na universidade, onde todo mundo está por si e quer derrubar o outro. Na comunidade é o inverso, tudo parte do coletivo. Há um choque cultural", critica Poran.

Os indígenas ainda têm uma longa jornada até conseguir efetivamente ocupar seus espaços na Graduação e Pós-Graduação, onde começam a seguir carreira como pesquisadores. Mas Poran tem uma certeza: "Temos a obrigação de não esquecer de onde viemos, para que a gente possa voltar às comunidades ou ficar na cidade ajudando o povo, onde quer que esteja".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49/2015

Brasília, 18 de março de 2015.

Leia também Educação: [Escolas indígenas preservam tradições](#)

Destaque: Poran Portiguara, um dos coordenadores da Rede de Juventude Indígena (Rejuind).
Arquivo Pessoal



Educação: Escolas indígenas preservam tradições

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.03.2015

Ano letivo começou com 88 escolas em funcionamento. Destas, quatro de ensino médio foram credenciadas em 2014, mas ainda há muito o que avançar

Por Clarinha Glock, em Extra Classe

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na luta dos povos indígenas do Brasil, garantindo educação diferenciada para as crianças dentro das aldeias. Quase 30 anos depois, o credenciamento de novas escolas, o aumento do número de professores bilíngues e de ações afirmativas para assegurar o acesso às universidades contrastam com o histórico de preconceito e com o cenário de exclusão ainda vivido pela população indígena. No passado recente, muitos perderam suas terras e suas vidas no contato com os brancos. Os que sobreviveram, nos anos 1960, mal podiam falar a língua dos ancestrais e preservar seus costumes. Os povos kaingang e guarani do RS começam, finalmente, a ter sua cultura e sua história valorizados.

Bruno Ferreira, 48 anos, descobriu muito cedo o significado da palavra identidade. Nos anos 1970, quando entrou na escola, foi castigado por falar a língua kaingang de seus pais e avós. Aos 15 anos, ele se deu conta de que não conseguia se comunicar mais com os idosos por conta da proibição, e que estava se afastando dos rituais e costumes do grupo na área indígena de Guarita, localizada entre os municípios de Tenente Portela, Miraguaí e Redentora, no Rio Grande do Sul. Decidiu que era hora de retomar as rédeas de sua vida. Tornou-se uma referência para indígenas e não indígenas.

EDUCADOR

Ferreira é formado em História na Unijuí e acaba de concluir o Mestrado em Educação Kaingang –Processos Próprios de Aprendizagem e a Educação Escolar na Faculdade de Educação (Faced) da Ufrgs. Em 2014, assumiu a coordenação pedagógica do Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhka Miguel, em São Valério do Sul, o primeiro a oferecer regularmente o Curso Normal na modalidade Educação Indígena no estado. Um sistema intercalado de estudos na escola e na comunidade vai permitir a formação de outros professores bilíngues kaingang/português.

Como educador, Bruno ajudou a construir as diretrizes da educação indígena em todo o Brasil em um comitê que atuou junto ao Ministério da Educação, nos anos 1990, e segue contribuindo para mudar paradigmas. Em 2000, era professor de ensino médio e foi cobrado pela coordenadora da escola a dar o conteúdo do vestibular em uma comunidade onde a

CONT.



maioria dos estudantes vinha do interior, eram filhos de agricultores e não iam prestar o concurso. “É preciso conhecer o lugar e as necessidades da comunidade”, ensina. Ele conhecia as famílias dos 210 alunos. Ia nas festas e conversava com os pais e avós. “A partir daí se começa a pensar na educação de fato, porque não se está lidando só com a criança, mas com a família toda”.

De acordo com Ferreira, a ideia de uma educação “diferenciada” pressupõe o respeito e a valorização do conhecimento tradicional. “Imagine, por exemplo, ensinar matemática a partir dos conhecimentos indígenas, o quanto de qualidade acrescenta. Pensar uma escola diferente é fazer esses conhecimentos se cruzarem. Senão, é apenas mais uma escola como qualquer outra na sociedade capitalista e centralizadora, que exclui”, explica. No Instituto, seu desafio é mostrar aos alunos quem são os filósofos e pensadores indígenas. “Você abandona o pensamento europeu e começa a trabalhar de forma diferente. A História começa quando, no Brasil, a partir de 1500 ou com os indígenas daqui? Esta história é desconhecida e tenho a obrigação de mostrar”, reflete.

Cruzamento de culturas e valorização da diferença

Bruno Ferreira é um dos mestres da ação Saberes Indígenas, instituída em 2013 pela Portaria do MEC nº 1.061. O objetivo é oferecer a professores formação bilíngue ou multilíngue em línguas indígenas e em português, para afirmar as línguas originárias, além de conhecimentos e artes tradicionais dos mais de 230 povos indígenas existentes no país. O curso é ministrado por instituições públicas de educação superior em parceria com estados e municípios, em uma rede composta pelas universidades federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e Minas Gerais, que coordena a ação, e pelas estaduais de Maringá, Rio de Janeiro e São Paulo. O MEC paga as bolsas de estudo e pesquisa.

Esta ação do governo federal leva em conta os dados do Censo Escolar de 2013 que indica a presença de 5.214 professores indígenas nos anos iniciais do ensino fundamental regular e da educação de jovens e adultos, e 126.665 estudantes indígenas matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental regular e na educação de jovens e adultos. O programa visa a qualificar o trabalho nas escolas indígenas e produzir material didático para uso em sala de aula.

Nas visitas às áreas indígenas e nas reuniões periódicas, a coordenadora do programa na Faced/Ufrgs, Maria Aparecida Bergamaschi, que desenvolve pesquisas sobre educação indígena desde 2000, tem a oportunidade de conversar com os “intelectuais” da oralidade. “A gente aprende muito”, afirma. Apesar do preconceito e das perdas sofridas por gerações, os guaranis e kaingangens ensinam a levar a vida de forma mais leve, acrescenta Magali Mendes de Menezes, doutora em Filosofia, também integrante do grupo. As duas concordam: com os indígenas, aprendem sobretudo a conviver e a respeitar o ser humano e a natureza.

“A grande maioria dos povos indígenas tem como centro de sua formação os velhos, detentores de conhecimento. Houve um rompimento no passado, quando foi proibido falar a

CONT.



língua. Se você não valoriza mais o velho, que fala kaingang, e esquece a língua, o conhecimento dele se perde. Existe uma disputa entre o conhecimento tradicional, que para mim é um conhecimento científico, ele só não está escrito, e o conhecimento da escola, que é um conhecimento da escrita. Quando vou discutir educação, quero que esse conhecimento seja reconhecido. Eles são diferentes, mas têm importância igual. E a escola tem a função de dar valor para esses idosos que têm esse conhecimento". Bruno Ferreira

A história de João e Iracema

Antes de começar a entrevista, Iracema Nascimento coloca o cocar, ajeita os colares feitos de sementes e prepara um chimarrão, que vai sorvendo enquanto seu marido, João Carlos Padilha, conta sua história. João e Iracema vivem hoje em uma casa no bairro Passo Dorneles, em Porto Alegre. Os dois são representantes dos povos kaingang e consultores do programa Saberes Indígenas do governo federal. O cocar de Iracema é um símbolo de seu dom de lidar com remédios retirados da mata, de acompanhar mulheres no parto, de benzer, trabalho que aprendeu com os pais e avós. Ela é uma kujá (se lê kuyã, que significa líder espiritual).

João, 65 anos, é natural de Borboleta, um pedaço de terra localizado entre os rios Jacuizinho e Caixões, próximo às cidades de Jacuizinho, Espumoso e Salto do Jacuí, que desde os anos 1960 aguarda regularização. Sua família luta pelo reconhecimento da área e da cultura desde os tempos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão criado em 1910 que operou até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em vigor até os dias de hoje. Iracema, 51 anos, é de Nonoai, área localizada entre os municípios de Nonoai, Planalto e Rio dos Índios. Fugiu dali com a família, porque eram contra a retirada de madeira. O roubo tinha a convivência das lideranças indígenas. Por conta disso, João e Iracema sofreram ameaças e tiveram de viver escondidos um tempo.

Iracema e João carregam consigo a memória da luta de seu povo contra o preconceito e a discriminação ao longo dos séculos. Iracema chora ao lembrar do avô, que foi torturado enquanto estava na Ilha do Presídio, e se tornou parte das estatísticas que a Comissão Nacional da Verdade começou a desvendar sobre violações aos direitos humanos indígenas nos anos da ditadura (1964- 1985). João conta como seus parentes foram usados como mão de obra barata para a construção de estradas e tiveram seus costumes proibidos: não podiam construir suas casas tradicionais, nem falar a língua dos antepassados. Depois, a família de João participou das discussões que viriam a resultar na Constituição Federal de 1988, a mais avançada em termos de garantias dos direitos dos povos indígenas no país.

Hoje, as vozes de Iracema e de João não se calam mais. João diz que nem a presidenta nem o Congresso Nacional deveriam mudar a Constituição, e pede respeito à luta de gerações. Ele manifesta seu repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que pretende transferir do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de formalizar Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas, o que seria um retrocesso para a luta de décadas. Iracema tira do chocalho o som que remete à espiritualidade e ao desejo de que seus filhos

CONT.



não precisem mais chorar pela injustiça e pela dor de ver parentes humilhados e suas tradições esquecidas.

Eu, como liderança fundadora do projeto da Borboleta e conhecedor da causa indígena desde o tempo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), queria deixar uma proposta de demarcação de terra indígena do Brasil para a União. Eles vêm ameaçando com compra de terra, em vez de demarcar as terras como tradicionais, como foi acertado na Constituição Federal em 1988. Nós queremos que cumpram a Constituição Federal. Se têm dinheiro para comprar terra, por que não indenizam o agricultor e o fazendeiro pelas benfeitorias?”. João Carlos Padilha.

“Como mamãe não sabia bem português, eu fui para a escola. Quando a professora perguntou quem descobriu o Brasil, eu disse: “Ninguém não descobriu, professora, que eu saiba foi invadido”, como dizia meu avô. Por isso eu fui castigada. Daí só fiquei em casa. (...). No tempo do SPI, eles proibiam falar kaingang, até as kujá, curandeiras, foram proibidas. Elas iam no mato se esconder, fazer seu trabalho. Se alguém via, eram castigadas, amarradas no tronco”. Iracema Nascimento.

Terra e educação são lutas permanentes

O direito dos indígenas à educação está previsto no artigo 265 da Constituição do Rio Grande do Sul e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989, lembra Rodrigo Venzon, assessor de Educação Indígena da Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Está também na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007. No Rio Grande do Sul, os povos kaingang e guarani sobreviveram às disputas de território, depois dos vários períodos de colonização, mas ainda batalham para manter vivas suas tradições ligadas à terra e à memória dos mais velhos.

Para os indígenas, a vida junto à natureza faz parte da educação e da cultura, e o respeito ao conhecimento dos antepassados constitui o alicerce da sua história. Os entraves decorrentes da não demarcação das terras tradicionais, com a não indenização dos colonos e fazendeiros que ali vivem, e da recorrente invasão de terras indígenas para roubo de madeira, exploração de minérios e construção de grandes empreendimentos, como as hidrelétricas no Pará, de Belo Monte e Tapajós, que colocam em risco a sobrevivência dos povos indígenas do Brasil. E, como tem se comprovado mais recentemente, são um perigo à continuidade do próprio planeta pelo tratamento desrespeitoso com a natureza.

Em 1989, a Constituição propôs a separação das duas lutas – pela terra e pela educação – justamente porque os processos de demarcação das áreas demoravam de 20 a 30 anos para serem finalizados, explica Venzon. Antes, só tinham direito à escola os indígenas que estivessem em terras demarcadas. Agora, quem está acampado ou nas estradas, em comunidades permanentes, tem esse direito garantido por lei.

ANO LETIVO – O ano de 2015 começa com 88 escolas estaduais indígenas em funcionamento. Destas, quatro escolas indígenas de ensino médio foram credenciadas pelo Conselho Estadual

CONT.



de Educação (CEEd/RS) entre abril de 2014 e janeiro de 2015: a Escola Toldo Coroado, na área indígena de Votouro, no município de Benjamin Constant do Sul; Escola Francisco Kajero, na área Nonoai-Rio da Várzea, no município de Liberato Salzano; Escola Fag Kava, na área indígena de Serrinha, no município de Ronda Alta; e Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel, na área indígena de Inhacorá, em São Valério do Sul.

ENSINO MÉDIO – A demanda pelo ensino médio, que era antiga, começou a ser efetivada em 2000, mas os processos para autorizar os credenciamentos só se iniciaram em 2014. “Há uma preocupação de que as escolas tenham o perfil das comunidades que atendem, porque a educação deve ser feita a partir da realidade”, informa Cecília Farias, presidente do Conselho. Enquanto na rede estadual como um todo em 2014 houve 40 mil matrículas a menos que em 2013, nas escolas indígenas as matrículas se mantiveram estáveis em torno de 6 mil estudantes.

É a partir da necessidade manifestada pela comunidade que surgem os processos para credenciamento para o ensino médio. Não há estatísticas sobre a demanda reprimida, mas um levantamento feito em 2013 mostrou que apenas 20% dos estudantes que concluíram o ensino fundamental na Escola Cacique Sy Gré, na área de Nonoai, município de Planalto, chegaram ao final do ensino médio numa escola não indígena. Os dados serviram para confirmar o processo de transformação da instituição indígena quando passou a atender o ensino fundamental e médio. Indígenas da área de Votouro, em Benjamin Constant do Sul, voltaram a estudar na escola Toldo Coroado agora que foi credenciada para o ensino médio. Os alunos relataram que haviam parado de estudar porque se sentiam discriminados pela roupa e tinham vergonha de fazer perguntas e participar das aulas na escola não indígena. “A frequência e assiduidade melhoraram”, conta Rodrigo Venzon, da Secretaria Estadual de Educação.

“O ideal é que se pudesse cumprir a Resolução 5/2012 do Conselho Nacional de Educação que prevê a educação indígena desde a educação infantil até o ensino médio para todas as crianças”, observa Venzon. Hoje, a maior parte das comunidades indígenas tem atendimento dos anos iniciais do ensino fundamental. Há terras indígenas onde funcionam várias escolas. Mas a demanda de atendimento para anos finais e ensino médio depende de cada contexto. Em pequenas comunidades, até se constituir uma rede de atendimento própria demora, lembra Venzon.

PRECARIEDADE – Não há dados sistematizados, comparativos, sobre a população indígena por escola em cada aldeia indígena, até porque existem áreas ainda em fase de regularização, que vem atravessando governos. “No RS, alguns governos avançaram na criação de escolas, outros na autorização destas, outros nos cursos para formação inicial de professores, diz Venzon. “A organização dos indígenas quanto à educação escolar também é distinta. As primeiras escolas guaranis passaram a existir em 2000. E há comunidades como as de Palmares do Sul que não desejam se escolarizar, provavelmente porque experiências

CONT.



anteriores foram traumáticas, com a imposição de outras culturas nas escolas. É preciso respeitar isso”, analisa. E oferecer alternativas. À geração de adultos analfabetos que não passou por escolas bilíngues no passado hoje há a opção da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A expectativa é que os avanços na educação não parem com a troca de governo e os cortes orçamentários. Pesquisadores e indígenas fizeram um abaixo-assinado para manter a equipe da assessoria atual.

Guaranis de Cantagalo comemoram credenciamento da escola

Há quase uma década os guaranis de Cantagalo, em Viamão, reivindicavam uma escola dentro da área. No final de 2014, o cacique Jaime Valdir da Silva, 37 anos, esteve na sede do Conselho Estadual de Educação (CEEEd) para comemorar o credenciamento. Embora já funcionasse informalmente em um prédio instalado em meio ao verdedos 283,67 hectares, faltava regularizar as redes hidráulica e elétrica e colocar equipamentos de prevenção a incêndio, o que foi feito. Ali onde colonos ainda aguardam o pagamento de suas benfeitorias, as cerca de 38 famílias de guaranis que vivem do artesanato e da plantação de milho, batata doce e aipim agora têm oficialmente uma escola. A comunidade pede que, além dos professores bilíngues, o vice-diretor seja guarani.

Silva é natural de Chapecó, Santa Catarina, mas vive em Cantagalo há seis anos. Foi escolhido cacique há dois anos. Sorridente e bem-humorado, fica sério quando fala de educação. Deu a entrevista depois de uma reunião com a comunidade dentro de uma sala de aula. “Passei dificuldade porque não estudei”, admite. Se ele não teve essa educação, seus filhos e netos terão. Credita à Bolsa Família a obrigação de ter as crianças na escola. “Eu pensei: se os guris não estudarem, a gente não vai ter nem o que comer”, conta.

Na educação guarani, tudo é diferente, relata. O calendário precisa ser adaptado à vivência da comunidade, em que não há feriados como Natal e Ano Novo, mas se para de estudar quando morre um parente em outra aldeia, porque a família precisa ir dar apoio. “O aprendizado se dá na comunidade mesmo, com a família. Os professores estão ali para reforçar”, explica Silva. Acrescenta: “Tem uma velhinha de 97 anos que cuida da casa de reza, ela é o nosso livro vivo, nosso pajé, nossakunhã-karaí (líder espiritual)”. Mas é preciso também saber a língua dos outros, reconhece. Além de sua própria língua, os guaranis aprendem português, inglês e espanhol.

A diretora escolhida, Olga Justo de Moraes, que já era assessora pedagógica, descreve, encantada, o prazer de lecionar em Cantagalo, em que predominam a concentração, o respeito profundo e a vontade de aprender. Não há baixo rendimento, e os alunos adoram ler desde cedo, observa. “O que eles querem é que a escola seja uma ferramenta para lidar com o mundo lá fora. O jeito guarani de ser é coletivo. Nós, ao contrário, temos uma alma individualizada”, reflete. Por isso, a escola para os guaranis não deve obedecer ao modelo das escolas tradicionais de competição, memorização excessiva de conhecimentos descontextualizados da realidade. Se há algum conflito, quem resolve são os mais velhos da

CONT.



comunidade, que estão sempre presentes nos corredores, observando. “A gente não vem para ter o controle, vem para ajudar”, conclui Olga.

Livros sobre Educação Indígena:

Educação Indígena sob o ponto de vista de seus protagonistas – Juçara Benvenuti, Maria Aparecida Bergamaschi, Tania Beatriz Iwaszko Marques (orgs). Porto Alegre, Evangraf, 2013. 376 páginas.

Estudantes indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Comissão de Acompanhamento dos Alunos do Programa de Ações Afirmativas. Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2013.

Educação indígena em diálogo: Zaqueu Key Claudino. – Pelotas, Editora Universitária/ UFPEL, 2010.

Contato para a doação de livros para a biblioteca da escola e visitas programadas à área indígena de Cantagalo, em Viamão: karaiarandu28cre@educacao.rs.gov.br

Durante as visitas, os guaranis falam sobre sua cultura, há uma apresentação de canto das crianças e venda de artesanato.

Continue a leitura: [Indígenas querem ampliação do acesso à universidade](#)



Mulheres andaram 4 horas em busca de atendimento

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 18.03.2015

Da Assessoria

Depois de quatro horas andando embaixo de sol e com água na altura dos joelhos, um grupo de 15 mulheres, cada uma com um filho nos braços, chega ao Posto de Saúde da Comunidade de São Pedro de Joselândia, em pleno Pantanal Mato-grossense, onde a equipe do Projeto Ribeirinho Cidadão está fazendo atendimentos nas áreas de saúde, jurídica e social.

Eles saíram de casa, na localidade de Retiro São Bento, às 5 horas da manhã, e chegaram às 9 horas, para conseguir atendimento médico. Na comunidade, onde residem 34 famílias, o acesso a serviços públicos é muito difícil, principalmente nesta época do ano, quando os moradores ficam praticamente isolados durante seis meses, em razão das chuvas.

A dona de casa Lara Maria da Penha, 34, mãe de cinco filhos – 15, 14, 7, 3 e 1 ano – trouxe o bebê para consultar. “Faz dias que ele está com tosse e gripado, vim aqui para a médica ver o que é e passar um remédio. Aproveitei também para tirar meu CPF. Para nós o projeto é maravilhoso, porque moramos longe de todos estes recursos. Fui muito bem atendida. Fico esperando o próximo ano a equipe chegar”.

Quem também aproveitou os serviços oferecidos pelo projeto foi a dona de casa Elinete Penha Moraes, 28 anos. Mãe de três filhos, ela andou durante 4 horas com o bebê de apenas dois meses no colo. “Vim para conseguir tirar o cartão do Bolsa Família. A vida aqui é difícil, tenho três crianças pequenas, esse dinheiro vai ajudar muito. Para ir na cidade é complicado, não tenho com quem deixar eles (sic), por isso andei tudo isso para aproveitar a vinda do projeto na comunidade”.

Além de fazer consultas e tirar documentos, as mães receberam roupas e cobertores doados pela Receita Federal. Durante o projeto, estão sendo distribuídas cinco mil peças de roupas apreendidas pela Receita.

“Só vivenciando para saber o grau de dificuldade que estas pessoas enfrentam para terem acesso a serviços básicos de saúde, de Justiça e cidadania. Esta população é sofrida. Quando vemos a alegria nos olhos de um ribeirinho que conseguiu retirar um documento, fazer uma consulta, receber óculos ou ter sua demanda jurídica resolvida, nós vemos a importância deste projeto. Isso nos dá forças para continuar o Ribeirinho Cidadão”, destaca o juiz José Antonio Bezerra Filho, um dos coordenadores da caravana.

O Projeto Ribeirinho Cidadão, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Defensoria Pública do Estado e parceiros, teve início no dia 19 de fevereiro em Barão de Melgaço e terminou no dia 6 de março. (TJ-MT)

DSEI AL/SE inicia curso de inclusão digital para jovens indígenas

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 18.03.2015



Uma turma de 25 jovens indígenas da etnia Wassu Cocal, do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alagoas/Sergipe, iniciou na última semana, um curso de inclusão digital. A capacitação, com duração de 10 semanas, tem por objetivo treinar os jovens para a inserção no mercado de trabalho.

Para potencializar o curso, o Polo de Saúde Wassú Cocal assumiu a responsabilidade de realizar as oficinas de capacitação, fortalecendo o protagonismo juvenil. "Oportunidade que vai contribuir para o crescimento dos jovens da aldeia", destaca a coordenadora distrital, Genilda Leão Silva, ressaltando a importância da parceria que promete dar bons frutos. O curso é realizado entre o distrito, o Centro de Formação e Inclusão Social Inaê em Maceió (AL) e uma empresa privada.

O curso tem conteúdo para o desenvolvimento de habilidades na área de vendas, através de uma metodologia interativa baseada em softwares, games e visitas a empresas multinacionais e rodas de conversa. Ao final da capacitação, os jovens que mais se destacarem serão selecionados para compor uma lista de encaminhamentos para o mercado de trabalho.

Para a assistente social do Polo Wassú Cocal, Ana Pereira, a expectativa da capacitação gera

CONT.



oportunidades e representa uma inclusão para os jovens da região. Segundo ela, durante as dez semanas do curso, ao final de cada ciclo, 30% jovens que se destacam serão encaminhados para o primeiro emprego, de acordo com suas habilidades. "O curso foi articulado após a realização de uma oficina com os jovens durante o mês de fevereiro, quando eles expuseram as demandas em relação à capacitação profissional, desemprego e baixa autoestima", explica Ana.

Além dos 25 jovens indígenas matriculados, existe mais uma turma na fila de espera para o próximo ciclo. Também há uma perspectiva de que a parceria se estenda por todo o ano de 2015, para que seja ampliada a outros territórios indígenas da região.

Por João Bosco de Araújo